



2017

Relatório de Atividades e Contas

índice

Preâmbulo.....	1
I. ASSESSORIA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	3
1. Assessoria jurídica geral e apoio ao funcionamento dos órgãos sociais	3
1.1 Atos formais.....	3
2. Comunicação e relações internacionais.....	5
2.1 Campanhas de co-branding	6
2.2 Meios de divulgação	7
2.3 Outros desenvolvimentos gráficos	9
2.4 Participação e organização de eventos	10
3. Corporate Social Responsibility (CSR).....	15
3.1 www.sitestar.pt	15
3.2 www.3em1.pt.....	17
3.3 Apoio a iniciativas.....	20
4. Cooperação e Inovação	24
4.1 ccTLD's africanos .AO, .GW, .CV e .ST e ENUM.....	24
4.2 LusNIC	25
4.3 CONFIO	26
II. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E SISTEMAS	29
1. Gestão da Infraestrutura Técnica.....	29
1.1 Suporte e manutenção da Infraestrutura-Técnica e Postos de Trabalho.....	29
1.2 Implementação de solução de Disaster Recovery (DR) dos serviços do DNS.PT.....	30
1.3 Revisão e consolidação da documentação de suporte à atividade de operação	30
1.4 Estudo e planeamento da transferência de serviços para datacenter alternativo	30
2. Desenvolvimento de serviços e novos projetos	31
2.1 Acompanhamento de desenvolvimento de sistemas de negócio (SIGA, Confio e .GW).....	31
2.2 Acompanhamento de entrada em produção de novo sistema ERP	31
2.3 Estudo dos sistemas de informação existentes e planeamento da sua evolução com lançamento de consulta para novo Sistema de Registo de domínios.	31
2.4 Implementação de uma plataforma de recolha de dados estatísticos do sistema DNS	31
2.5 Trabalhos decorrentes do Sistema Integrado de Qualidade e Segurança da Informação implementado no DNS.PT.....	32
3. Segurança de sistemas	32
3.1 Implementação da nova Infraestrutura DNSSEC.....	32
3.2 Organização de Workshops/Sessões DNSSEC	32
3.3 Orientação de projeto de mestrado - Segurança no DNS	33

4. Indicadores	34
III. DIREÇÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	37
1. Gestão de nomes de domínio	37
1.1 Enquadramento Internacional.....	37
1.2 Enquadramento Nacional.....	38
1.3 Origem do registo de novos domínios .PT:.....	39
1.4 Iniciativa Empresa na Hora e 3em1.PT	40
1.5 Análise da gestão global de domínios na zona .PT	42
1.6 Renovações e manutenção de nomes.....	43
1.7 Arbitragem e despacho técnico - jurídico.....	43
1.8 Relação com clientes e parceiros	44
1.9 Registrars	46
2. Projetos Transversais	48
2.1 Novo modelo de registo em .PT: modelo Registrar.....	48
2.2 Novo quadro legal em matéria de proteção de dados pessoais	48
3. Recursos Humanos	49
4. Qualidade, Segurança & Continuidade	52
5. Gestão Financeira e Orçamental	57
5.1 Execução Técnica.....	57
5.2 Execução Financeira	59
5.3 Execução Orçamental	64
5.4 Perspetivas Futuras	65
5.5 Proposta de Aplicação de Resultados.....	66
IV. ANEXOS	67
1. Demonstrações financeiras	67
2. Certificação legal das contas	91
3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	94

Preâmbulo

2017 surgiu como o ano de consolidação do modelo de gestão do .PT com base nos valores com que nos comprometemos no Plano Estratégico 2016-2019 e nos desígnios assumidos de tornar cada vez mais abrangente e efetiva a representação da comunidade Internet nacional.

Sendo um ano de consolidação, representou também um ano de desafios importantes que os projetos internos e o contexto externo nos impuseram e aos quais soubemos responder.

Destaque para a grande aposta efetuada no investimento na infraestrutura-técnica, em particular, no aumento da resiliência e soluções de segurança que derivam do Sistema integrado de Qualidade e Segurança da Informação, conforme os normativos ISO 9001 e 27001, que as auditorias realizadas em 2017 vieram, mais uma vez, reconhecer através da renovação das respetivas certificações. De realçar a implementação de uma localização de *Disaster Recovery* para os sistemas do DNS.PT no âmbito do Plano de Continuidade do Negócio em vigor, o início do estudo sobre a alteração do sistema de informação principal do DNS.PT, o SIGA e a renovada aposta em novas soluções DNSSEC, bem como a constituição e formação de uma equipa de resposta a incidentes de segurança informática, CSIRT do .PT, atualmente em plena operação.

Previsto no plano de Atividades, 2017 também ficou marcado pelo estudo e planeamento da evolução do papel do .PT no seu relacionamento com o mercado e *Registrars*, através da definição de um novo modelo de registo no .PT e cuja implementação se prevê para 2018. Na base está o pressuposto de mantermos apenas o nosso papel de *registry*, o que implicará a redefinição e implementação de um novo Protocolo *Registry/Registrar*, tendo sempre como objetivo uma melhor e mais eficaz prestação do serviço ao cliente final e um tratamento equitativo de todos os *players* do mercado.

Importante referir que a avaliação de satisfação dos Clientes realizada ao DNS.pt mantém valores muito positivos, tendo-se verificado uma melhoria em quase todos os indicadores. No ano de 2017, a totalidade dos indicadores de avaliação obteve valores médios superiores aos registados no ano de 2016. Destaca-se a “avaliação de aspetos relacionados com o contacto”, com um aumento significativo na satisfação média global (8,6), avaliada pelos Registrars em 9,3 valores e pelos Clientes em 8,0, sendo este o vetor com maior incremento de satisfação.

Outro dos trabalhos previstos, e mais relevantes em 2017, teve a ver com a preparação da readaptação da imagem corporativa do .pt e cujo lançamento será efetuado em 2018, a qual se espera terá um impacto fundamental na escolha do .pt na hora de ter uma presença na internet.

Mantivemos a importante aposta na presença e apoio aos mais diversos projetos de responsabilidade social, em especial no âmbito do desenvolvimento das competências digitais de cidadãos e empresas, destacando as renovadas apostas em projetos já emblemáticos do .PT, como o 3em1.pt, o SiteStar, a Mostra dos Autores Desconhecidos, *Apps for Good*, a *Portugal Digital Week* e novos projetos como o MUDA.PT ou o apoio ao Dia da Internet mais Segura.

O contexto externo, implicou o acompanhamento e trabalhos de conformidade da nossa atividade com a evolução do novo quadro legislativo e regulamentar, decorrente da aprovação e entrada em vigor de vários diplomas a nível europeu e que terão impacto na nossa atividade. De referir, em particular, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que vem revogar a lei 67/98 e que será aplicado a partir de maio de 2018, a Diretiva 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União – NIS (*network and information security*), a proposta de revisão da Diretiva

ePrivacy e, por fim, a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação coerciva da legislação de defesa do consumidor.

Também a anunciada rotação da chave DNSSEC da raiz do DNS, implicou um trabalho de sensibilização e preparação dos diferentes *players* nacionais para esta operação, que veio, entretanto, a ser adiada pela ICANN.

O .PT continua a sua importante participação nos fóruns internacionais – CENTR, ICANN e IGF – tendo em vista o acompanhamento e a partilha de experiências com congéneres internacionais. A presença nestes eventos importa a elaboração de um relatório disponibilizado nas nossas plataformas digitais. Neste âmbito, organizámos o 42º CENTR *Administrative Workshop* no dia 14 de setembro, na cidade do Porto. Este ano fizemos de novo parte da task force do CENTR que acompanhou e preparou o CENTR AWARDS 2017.

Também no âmbito da participação internacional, o DNS.PT foi patrocinador da 10ª edição do *Dialogue on Internet Governance (EuroDIG)*, que se realizou nos dias 6 e 7 de junho, em Tallinn. Este evento é organizado pela EURid em colaboração com a Comissão Europeia. Além disso, o DNS.PT apoiou institucionalmente o GAC (*Governmental Advisory Committee*), contribuindo, à semelhança de outros ccTLD's, com parte do suporte financeiro necessário ao funcionamento do secretariado do mesmo.

Mantivemos as parcerias com .AO, .CV, .GW e .ST, apoio ao serviço ENUM e renovámos o envolvimento do .PT no âmbito da LUSNIC – Associação de Registries de Língua Portuguesa.

Com o pano de fundo ambicioso que o plano de atividades nos traçava fomos capazes de responder à ambição de o cumprir, como é marca desta gestão, a qual não deixou, no entanto, de ter de responder muitas vezes à crítica isolada de sectores menos atentos ao nosso desempenho. Não obstante, a motivação que o apoio da comunidade Internet corporizada na sua esmagadora maioria dos nossos parceiros, nomeadamente, *Registrars*, Associados (ACEPI, DECO e FCT) e equipa de colaboradores que no dia a dia colocam ao dispor o seu trabalho e motivação, tornou possível que 2017 se tornasse mais um ano de sucesso do .PT.

Os resultados da análise que agora fazemos da execução material e financeira do Plano de atividades e Orçamento demonstram até que superámos as nossas expetativas.

Mais uma vez, pelo quinto ano consecutivo, os dados são objetivos: o .PT cresceu 12%, é o 3º ccTLD Europeu que mais cresceu em 2017 e atingiu uma taxa de retenção de 81% . As nossas receitas aumentaram 3% relativamente ao ano anterior.

Estes resultados dão-nos força para continuamente nos superarmos e sermos mais fortes no desígnio de tornar este domínio de topo o preferido dos portugueses e que se escolhe com a razão e também com a emoção de ser um .PT



Luísa Gueifão

I. ASSESSORIA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A presente análise irá focar-se nos trabalhos desenvolvidos no quadro das seguintes áreas:

- Assessoria jurídica geral e apoio ao funcionamento dos órgãos sociais
- Comunicação e relações internacionais
- *Corporate Social Responsibility*
- Cooperação e Inovação

1. Assessoria jurídica geral e apoio ao funcionamento dos órgãos sociais

Na base das atividades desenvolvidas ao longo do ano esteve o Plano de Atividades e Orçamento aprovado para 2017. Em paralelo, desenvolvemos e participámos em novos projetos e iniciativas, não calendarizadas inicialmente, mas cuja execução se revelou necessária e pertinente para o funcionamento e desenvolvimento do .pt.

1.1 Atos formais

O início do mês de janeiro foi marcado pela reunião do Conselho Consultivo, que se realizou no dia 17 de janeiro, na Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa. Na reunião foi apresentado e discutido o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, que teve o competente parecer positivo. Neste âmbito, foi dado especial enfoque à iniciativa CONFIO e à nova sede do DNS.PT. No dia 30 de junho, reuniu-se o Conselho Consultivo, na Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, onde foi apresentado o projeto de alteração do modelo de registo de domínios de .pt, com implicações nas regras de registo e no Protocolo Registry/Registrar. Tendo sido esta reunião suspensa já que não se consideraram reunidas todas as condições para a conclusão do respetivo processo decisório, foi agendada nova reunião extraordinária para o dia 20 de novembro, com a mesma ordem de trabalhos. Nesta última reunião foram analisadas e discutidas as posições concretas do registrar PTisp e da Associação ISOC Portugal Chapter. Considerando a intervenção da representante nacional suplente no GAC foram os trabalhos suspensos, ficando nova reunião de ser agendada em momento oportuno.

A 17 de março decorreu a reunião do Conselho Fiscal, na qual foi apresentado pelo Conselho Diretivo o Relatório de Atividades e Contas de 2016, que mereceu parecer positivo. Antecedendo a última reunião do ano da Assembleia Geral, realizou-se a 12 de dezembro, nova reunião deste órgão social, na sequência da qual foi emitido parecer positivo à proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018, apresentada também aqui em tempo devido pelo Conselho Diretivo.

Ao abrigo da al. a), do n.º 3 do artigo 6.º dos Estatutos no dia 21 de março realizou-se a primeira Assembleia Geral, com dois assuntos principais: análise e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2016, ao abrigo da al. b), do n.º 3 do artigo 6.º, e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo, à luz do disposto na al. j) do n.º 3 do artigo 6.º. Importante relevar aqui que, no âmbito do previsto nos Estatutos, do montante referente às reservas livres pelo menos 20% deverá ser afeto à operacionalização de apoios a projetos, iniciativas e entidades a que estejam cometidas competências na área do desenvolvimento, promoção e disseminação dos recursos associados à internet em geral, contribuindo para a dinamização da utilização da internet em Portugal. Foi neste contexto que o Conselho Diretivo, ao abrigo do disposto na al. j) do n.º 3 do artigo 6.º dos Estatutos, viu aprovada a afetação financeira por si proposta tendo em vista a operacionalização do vertido na al. m) do n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos da Associação DNS.PT. No dia 28 de dezembro,

realizou-se nova Assembleia Geral, onde foi analisado e integralmente aprovado por unanimidade o Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

A 14 de julho foi assinada, em Elvas, a escritura de compra e venda das novas instalações da Associação DNS.PT, conforme deliberação expressa nesse mesmo sentido da Assembleia Geral antecedida do competente parecer favorável do Conselho Fiscal.

Durante o ano fez-se um acompanhamento da evolução do novo quadro legislativo e regulamentar, decorrente da aprovação e entrada em vigor de vários diplomas a nível europeu e que terão impacto na nossa atividade. Referimo-nos, em particular, ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que vem revogar a lei 67/98 e que será aplicado a partir de maio de 2018, à Diretiva 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União – NIS (network and information security), à proposta de revisão da Diretiva ePrivacy e, por fim, à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação coerciva da legislação de defesa do consumidor. Relevante é o facto do DNS.PT ter dirigido uma carta ao Centro Nacional de Cibersegurança, entidade que encerra a competência, a nível nacional, pela coordenação da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva em análise, no sentido de demonstrar a sua integral disponibilidade na eventualidade de necessitarem de informação ou dados relativos à sua atividade, que possam contribuir para as definições que se perspetivam como necessárias no processo de transposição. Refira-se que o DNS.PT foi informalmente classificado como infraestrutura crítica pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Ainda que tal não seja atendível, este normativo, já em vigor desde o passado dia 8 de agosto, estabelece obrigações de segurança para os operadores de serviços em sectores críticos (energia, transportes, saúde e finanças) como sejam as infraestruturas digitais, onde a Diretiva em referência inclui expressamente o registo de nomes de domínio de topo.

Ao nível do controlo e acompanhamento dos processos de registo de direitos de propriedade industrial parte do ativo do DNS.PT, foram acompanhados os trabalhos de reclamação do pedido de registo de uma marca nacional no INPI, com o elemento verbal DNS8 que, nos termos do artigo 239º do CPI, nº 1 al. a), considerou-se poder induzir o consumidor em erro ou confusão, já que cria o eventual risco de associação com as marcas registadas pela Associação DNS.PT. Após dedução da reclamação apresentada pelo DNS.PT, a Requerente apresentou contestação, o que levou ao DNS.PT nos termos do nº3 do artº 17º de CPI, a impugnar a referida contestação, apresentado para o efeito exposição suplementar no INPI. Apesar de o DNS.PT ter utilizado todos os mecanismos ao seu dispor no INPI, com o objetivo de obter por parte do referido órgão uma decisão de indeferimento do registo da marca nacional DNS8, o mesmo proferiu despacho de concessão da referida marca.

Por outro lado, no dia 5 de junho, o INPI proferiu despacho favorável ao DNS.PT pela recusa do registo do logótipo Pt à Associação Nacional de Empresas de Tecnologias de Informação – ANETIE, após reclamação apresentada pelo mesmo na longínqua data de 15 de agosto de 2011.

No que diz respeito a novos projetos que o DNS.PT abraçou realizaram-se, para o seu natural impulso e funcionamento, diversos trabalhos jurídicos. A título de exemplo, referimo-nos à realização da adenda ao protocolo da iniciativa CONFIO e da adenda ao contrato de prestação de serviços de auditoria, bem como a execução de um acordo de parceria para agentes de venda do selo CONFIO, que estabelece os termos e condições da aquisição do estatuto de agente de venda do selo. Foi ainda elaborado o contrato de prestação de serviços de consultoria para levantamento de requisitos para projeto de implementação de uma solução “Disaster Recovery”.

Considerando o desígnio do DNS.PT de promoção de uma consciencialização pública sobre a utilização segura da internet, foi celebrado entre a FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P e o DNS.PT um acordo de participação do mesmo no Conselho de Acompanhamento do Centro Internet Segura.

Numa ótica de incentivo à participação dos portugueses no espaço digital, o DNS.PT, como entidade parceira do projeto MUDA-Movimento pela Utilização Digital Ativa, está representado no grupo de trabalho “Legislação e Regulação” que representa um dos 9 pilares de atuação do referido projeto e que tem como intento a realização de propostas de alteração do quadro legislativo em vigor, no que diz respeito a matérias ligadas ao mundo digital.

No âmbito do processo de transferência (anteriormente designado de redelegação) do ccTLD .st, o DNS.PT informou, em reunião de boas vindas ao novo Presidente do Conselho de Administração da AGER-Autoridade Geral de Regulação, o Senhor Engenheiro Cândido Costa Frota, no dia 6 de junho, nas suas instalações, do estado atual do processo.

De acordo com o delineado no Plano de Atividades, tiveram ainda início os trabalhos de elaboração do novo Protocolo registry/registrar, de forma a alterar os termos e condições do protocolo atualmente em vigor e de modo a que esteja de acordo com as novas regras a impor nomeadamente, mas não exclusivamente, com o novo modelo de registo. Em especial, no último quadrimestre do ano, começámos já a integrar nos articulados contratuais cláusulas de privacidade e proteção de dados, consentâneas com o novo enquadramento legal aplicável no que a esta matéria diz respeito e a que acima já fazemos menção.

2. Comunicação e relações internacionais

Um dos trabalhos mais relevantes desenvolvidos em 2017 teve a ver com a preparação da readaptação da nossa imagem corporativa do .pt. A imagem que apresentamos atualmente tem já um período de vida muito alargado, estando numa fase que se qualifica como de estagnação. Assim, vimos a necessidade de alterar a nossa imagem de acordo com o nosso enquadramento institucional, os objetivos de negócio e com as tendências de mercado, neste último campo atendendo sobretudo aos exemplos dos nossos congéneres responsáveis pelo registo de domínios de topo. Para este efeito, preparámos um documento de briefing e realizámos reuniões com quatro agências criativas, sendo que apenas três nos apresentaram proposta. Após seleção do fornecedor e aprovação dos trabalhos contratados, estamos neste momento na fase de preparação da implementação do mesmo, esperando ter o melhor acolhimento e resultados possíveis, facto que será devidamente mesurado.

Em 2017 mantivemos as campanhas de co-branding DNS.PT/Registrar. Desenvolvemos também os suportes de comunicação calendarizados no Plano de Atividades. Merece ainda nota a comunicação mais orientada ao nosso público-alvo: a nossa *e-newsletter* dirigida aos registrars que comemorou a 100ª edição no dia 12 de maio e que surgiu com um novo layout.

Continuámos ainda a participar nos fóruns internacionais – CENTR, ICANN e IGF – tendo em vista o acompanhamento e a partilha de experiências com congéneres internacionais. A presença nestes eventos importa a elaboração de um relatório disponibilizado nas nossas plataformas digitais. Neste âmbito, organizámos ainda o 42º CENTR Administrative Workshop no dia 14 de setembro, no Porto. Em 2017 integrámos de novo a task force do CENTR que preparou os CENTR Awards 2017.

Também no âmbito da participação internacional, o DNS.PT foi patrocinador da 10ª edição do Dialogue on Internet Governance (EuroDIG), que se realizou nos dias 6 e 7 de junho, em Tallinn. Este evento é organizado pela EURid em colaboração com a Comissão Europeia. Por fim, o DNS.PT apoia

institucionalmente o GAC (Governmental Advisory Committee), contribuindo, à semelhança de outros ccTLD's, com parte do suporte financeiro ao funcionamento do secretariado do mesmo.

No âmbito dos eventos não podemos deixar de dar especial enfoque ao Encontro de Registrars'17, que decorreu no dia 6 de junho. O DNS.PT lançou ainda neste âmbito um programa de *fellowship* para levar dois registrars do .PT ao Registrar Day do CENTR.

2.1 Campanhas de co-branding

O DNS.PT lançou, a 30 de janeiro, um desafio aos seus registrars para lançamento de campanhas conjuntas que, otimizando custos, têm como objetivo último de incrementar o número de registos de domínios sob .PT. Para tal, e tendo como objetivo garantir a igualdade e equidade de oportunidades entre todos os registrars, abriu um processo de candidaturas onde todos puderam candidatar-se por forma a serem selecionados e verem a sua campanha do .PT apoiada financeiramente.

Para o efeito, o DNS.PT disponibilizou um total de 40 mil euros, sendo que a comparticipação por campanha variava entre os 10% e os 50%, dependendo da quantidade e qualidade das propostas recebidas. Cada registrar teve até ao dia 3 de março para apresentar a sua candidatura. A divulgação foi feita através de email, da e-newsletter semanal para registrars e do site do DNS.PT.

Dos cerca de 90 registrars convidados a participar recebemos seis candidaturas: AMEN, Domínios.pt, WebHS, Chrome, PTisp e I4W. Das propostas apresentadas decorreram cinco campanhas: AMEN (online e Rádio Comercial), Chrome (online), Domínios.pt (Rádio Comercial), Ptisp (online, imprensa escrita, autocarros e outdoors) e WebHS (rede metro, imprensa escrita e online). Os resultados destas campanhas foram positivos, já que a maioria dos registrars aumentou o número de registos em .PT, durante as suas campanhas, entre 27% e 48%.

Figura 1 - Co-branding



2.2 Meios de divulgação

Mantêm-se os meios e recursos ao nível da divulgação online destacando-se o site www.dns.pt e o perfil no Facebook - <https://www.facebook.com/dns.pt> - e no LinkedIn - pt.linkedin.com/in/dnspt. No que diz respeito ao Facebook, em 2017 totalizámos 139 posts, uma média de 500 pessoas alcançadas por post e um total de 3.188 “gostos” na página.

Figura 2 - Posts no Facebook



No que diz respeito ao site www.dns.pt, em 2017 registámos um total de 68.051 sessões e 245.426 visualizações de página. Como novidade, passámos a disponibilizar no nosso site, na página principal, uma área de parceiros enunciando as entidades das quais o DNS.PT é membro. O site do .PT passou a estar certificado com o selo Webco2zero e com o selo CONFIO.

Figura 3 - Imagens site



Também neste período continuámos a produzir e a enviar a e-newsletter externa, que tem como público-alvo os registrars e que encerrou o ano com a edição 33.

Figura 4 - Newsletter externa



De relevo regista-se ainda a publicação na imprensa de 58 notícias centradas principalmente nos seguintes temas: registos em .PT, anycast, Sitestar.pt, MUDA, Apps for Good, Prémios Navegantes XXI.

Figura 5 - Exemplos de notícias publicadas na imprensa

27-01-2017 17:47
.PT volta a estar no pódio dos domínios internet europeus que mais crescem
 Nos últimos três anos, o .pt tem estado sempre no top 5 dos países europeus que mais crescem em número de domínios. Entre outubro e dezembro de 2016 ocupou o terceiro lugar.



Mais do que os 2,8% registados entre os endereços internet .pt, o domínio de topo para países (ccTLDs) que mais cresceu na Europa foi o .se, da Suécia, com 4,2%, seguido do .cy, do Chipre, com 4,1%. Completam o top 5 para a Europa, por esta ordem, o .am da Arménia (2,5%) e o .fi da Finlândia (2,4%).

Os dados são do mais recente DomainWire Global TLD Stat Report, do CENTR, que faz uma "apanhado" global das tendências de registo de todos os domínios de topo (gTLDs legacy, novos gTLDs e ccTLDs).



MUDA quer elevar competências digitais dos cidadãos

Internet 16 de Maio de 2017

PRINT EMAIL A+ A-

O Movimento pela Utilização Digital Activa (MUDA) foi lançado na última segunda-feira e tem três linhas principais de ação.



O MUDA é composto por um conjunto de grandes entidades (empresas, universidades, associações e ainda o Estado português) que "acreditam que o País pode ser mais competitivo com um maior acesso dos cidadãos à Internet" e que querem promover e incentivar uma maior e melhor participação no espaço digital.

Alexandre Nilo Fonseca, director-executivo do MUDA, espera que, através deste movimento, dentro de três anos, em 2020, a percentagem de cidadãos que nunca utilizou a Internet baixe dos actuais 28% para 15% e que o grupo de cidadãos com competências mais avançadas aumente de 28% para 50%. Em declarações ao Computerworld, Nilo Fonseca assinala ainda que cerca de 40% dos cidadãos portugueses faz uma utilização muito básica da Internet, resumindo-se a pouco mais que a visita às redes sociais, o que pode também mudar.

Os parceiros da iniciativa assumiram assim "o compromisso de incentivar os portugueses a uma maior participação no espaço digital contribuindo, desta forma para a redução do número de pessoas que nunca acederam à Internet e para o aumento do número de utilizadores com competências mais avançadas".

O MUDA é composto, desde o primeiro momento, pelo Banco BPI, o Crédito Agrícola, a DNS.PT, a EDP, a Fidelidade, a Google Portugal, a MEO, a Microsoft Portugal, o Millennium BCP, a Nos, o Santander Totta e a Vodafone Portugal. Será gerido e implementado pela A2D Consulting.

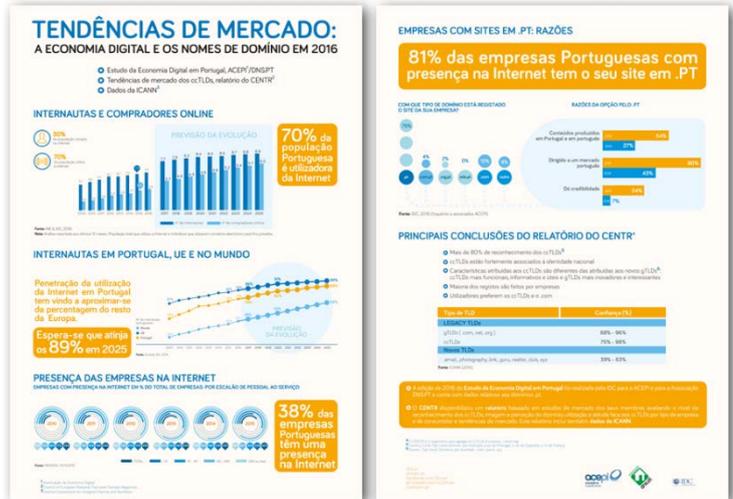
O Movimento irá focar-se em três componentes principais, assinalou o director-executivo: "conhecer e entender melhor o ecossistema de utilizadores de Portugal". O responsável sublinha que existem inúmeros estudos quantitativos sobre a utilização da Internet, mas que são praticamente inexistentes estudos qualitativos que analisem as razões sócio-culturais, regionais, demográficas que se inter-relacionam com a info-exclusão.

No que diz respeito à comunicação interna, continuamos a manter a nossa equipa atualizada mantendo os nossos canais internos de informação ativos e dinâmicos, enviando o clipping diário e semanal e os flashes de notícias que se afigurem oportunos. Realizámos também duas sessões de esclarecimento internas sobre Governança da Internet, no dia 13 de abril, e sobre o MUDA, no dia 14 de dezembro. Produzimos ainda uma *fact sheet* bilingue sistematizando o Estudo da Economia e Sociedade Digital.

Figura 6 - Newsletter interna



Figura 7 - Factsheet



2.4 Participação e organização de eventos

O DNS.PT organizou o Encontro de Registrars'17 no dia 6 de junho. No dia 8 de maio, enviámos um convite eletrónico a todos os registrars. Divulgámos ainda no nosso site em <https://www.dns.pt/pt/registrars-2/encontro-anual-de-registrars/> e na e-newsletter para registrars.



Figura 9 - Convite

Este ano registou-se um aumento na participação dos registrars, o que foi particularmente positivo e demonstrativo da relevância da iniciativa. Toda a equipa do .PT também esteve presente procurando-se com isso fomentar a ligação da equipa aos parceiros mais próximos, sobretudo com aqueles com quem diariamente interagem.

Seguindo uma sugestão recebida no questionário do Encontro de Registrars'16, a manhã do encontro deste ano contou com uma sessão prática conduzida pela VCW - Value Creation Wheel.

À apresentação seguiu-se o momento de convívio marcado por um almoço informal. Durante o almoço, foi realizado um ponto de situação dos trabalhos e diligências que irão conduzir a alteração do modelo de registo em .PT.

O DNS.PT lançou neste âmbito um programa de fellowship para dois registrars, onde suportou os custos do avião e do hotel, para que estes pudessem marcar presença no CENTR Registrar Day, que se realizou no dia 3 de outubro, em Bruxelas.

Figura 10 - Encontro de Registas'17



Também no âmbito dos eventos não podemos deixar de dar especial enfoque à Portugal Digital Week'17. O DNS.PT foi coorganizador da Portugal Digital Week'17, que se realizou de 9 a 13 de outubro e que contou com diversas iniciativas:

9 a 13 de outubro: Portugal Digital Roadshow

10 e 11 de outubro: Portugal Digital Summit; apresentação do Estudo Anual da Economia e da Sociedade Digital em Portugal

12 de outubro: Prémios Navegantes XXI, com 3 categorias apoiadas pelo .PT

13 de outubro: Dia das Compras na Net

O DNS.PT esteve ainda presente no Portugal Digital Summit com um stand na área de exposição em parceria com alguns dos registrars aderentes ao 3em1, nomeadamente a Amen, a Domínios.pt, a PTisp, a PTservidor e a WebHS. Importa notar que todos os registrars 3em1 foram convidados a participar. O stand do .PT contou ainda com um espaço dedicado ao selo de confiança CONFIO.

Figura 11 - Stand do DNS.PT



Na sessão de abertura apresentado o Estudo Anual da Economia e da Sociedade Digital que conta com dados relativos aos domínios .PT. Nesta sessão também Luisa Gueifão deu as boas-vindas e falou sobre a atividade do .PT.

O segundo dia do evento contou com o painel “Domínios, hosting e proteção de dados: os desafios do novo enquadramento europeu da privacidade, tratamento dados e presença digital”, Luisa Gueifão foi uma das oradoras do painel.

Figura 12 - Painel “Domínios, hosting e proteção de dados”



No dia 12 de outubro teve lugar a cerimónia de Entrega dos Prémios ACEPI Navegantes XXI, que contou com três categorias apoiadas pelo DNS.PT: Melhor Site .PT, Melhor Site Startup/3em1 e Melhor Site Escola/ Sitestar. No que diz respeito à categoria Melhor Site Escola/Sitestar, o vencedor foi selecionado entre os 4 melhores sites de todas as categorias (Saber&Ciência, Faz a Diferença, Jovens com Talento e Notícias na Escola).

Figura 13 - Prémios ACEPI Navegantes XXI: vencedor Melhor Site Escola/Sitestar



No último dia da Portugal Digital Week também nos associámos ao Dia de Compras na Net, onde oferecemos 50% de desconto em domínios .PT, em registos diretos entre as 00h00 e as 23h59 desse dia.

Figura 14 - Campanha do .PT no Dia de Compras na Net



O DNS.PT apoiou de novo a Volta a Portugal em bicicleta, *exlibris* do desporto nacional, que se realizou de 4 a 15 de agosto. Paralelamente, e integrado neste âmbito, decorreu a iniciativa governamental “Volta ao Conhecimento”. Com características ímpares de popularidade no nosso país, foi por isso um excelente instrumento de divulgação do .PT. Para além da visibilidade em todos os materiais de comunicação da Volta a Portugal, realizámos uma ação de Personal Training sob o mote “Escolha o seu

“.PT e prepare-se para o verão” no prólogo da Volta, em Lisboa. Para esta ação foi criada uma área específica de 50m2, decorada com imagem do .PT. Podemos afirmar que a nossa presença na Volta a Portugal foi um sucesso em termos de visibilidade, traduzindo-se num aumento no registo de domínios sob .PT em agosto, comparativamente com o ano anterior (agosto de 2016: 6.097; agosto de 2017: 7.673).

Figura 15 - .PT na Volta a Portugal



O DNS.PT participou ainda na B2RUN, que se realizou no dia 20 de setembro no MEO Arena. Para além dos colaboradores do DNS.PT, alargámos o convite a parceiros - ARBITRARE, ACEPI, DECO, FCT. No total, a equipa contou com 16 elementos. A B2RUN é um sucesso internacional com mais de 10 anos tendo nascido na Alemanha no Estádio Olímpico de Munique e desenvolvendo-se depois pelos principais países do centro da Europa.

Figura 16 - Equipa do .PT na B2RUN



3. Corporate Social Responsibility (CSR)

Uma das missões do DNS.PT, plasmada nos seus estatutos é o apoio a iniciativas que se traduzam no desenvolvimento de ações de promoção e disseminação da internet a nível nacional. Inclusivamente, nos termos dos estatutos, o Conselho Diretivo tem de, no final de cada ano de exercício, preparar e submeter à aprovação da Assembleia Geral uma proposta de afetação de resultados tendo em vista a operacionalização do vertido na al. m) do n.º 2 do artigo 2.º. Este último dispositivo refere-se, por sua vez, ao apoio a projetos, iniciativas e entidades a que estejam cometidas competências na área do desenvolvimento, promoção e disseminação dos recursos associados à internet em geral, contribuindo para a dinamização da utilização da internet em Portugal nas suas inúmeras vertentes.

Este ano demos continuidade aos trabalhos e diligências inerentes ao desenvolvimento do concurso Sitestar.pt e do 3em1.pt, projecto que vem na sequência da iniciativa governamental “Empresa na Hora” e apoiámos ainda outras iniciativas como é o caso do concurso Mostra de Autores Desconhecidos, Apps for Good, estudo EU Kids Online, concurso de empreendedorismo da Acredita Portugal, do MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa, Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet, Dia da Internet mais Segura e Corrida Terry Fox/Liga Portuguesa Contra o Cancro.

3.1 www.sitestar.pt

O Sitestar.pt é um concurso que visa desafiar os jovens portugueses empreendedores e criativos a desenvolver websites originais com conteúdos em português e sob o domínio .PT. O concurso nasceu de uma parceria com a DECO Jovem entretanto alargada a parceiros integrantes do Conselho Consultivo do DNS.PT, a saber: INPI/GDA/SPA e IGAC. A Direção Geral de Educação e a Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI) são também parceiros da iniciativa. Na 5ª edição, que está agora a decorrer, integrou também a rede de parceiros o Plano Nacional de Leitura.

A 4ª edição do Sitestar.pt foi direccionada a jovens com idades escolares entre os 14 e 18 anos (3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário/profissional), privilegiando o contexto escolar como elemento motivador para a participação dos alunos e professores.

Até 17 de janeiro decorreu a 1ª fase - inscrição e apresentação de proposta de ideias para o website. A organização recebeu um total de 270 propostas, oriundas de escolas de todo o país. Os resultados foram anunciados no dia 10 de fevereiro tendo então sido selecionadas as 100 melhores ideias apresentadas pelos estudantes portugueses. A 2ª fase - desenvolvimento do site com a utilização do voucher 3em1.pt - decorreu até ao dia 4 de maio. No dia 17 de maio foram anunciados os nomeados para a cerimónia de entrega de prémios, que decorreu no dia 5 de junho na Casa do Futuro da Fundação Portuguesa das Comunicações. Os quatro vencedores (um por categoria) tiveram ainda a oportunidade de serem reconhecidos na cerimónia de entrega dos Prémios ACEPI Navegantes XXI, que se realizou no dia 12 de outubro.

Figura 17 - Cerimónia de entrega de prémios Sitestar.pt



Esta edição do Sitestar.pt contou com algumas alterações nomeadamente: 1. Site remodelado - www.sitestar.pt; 2. Em termos de prémios, nas categorias “Saber&Ciência”, “Faz a diferença” e “Jovens com talento”, os prémios foram bilhetes para a IFA 2017. Relativamente à categoria “Notícias na escola”, manteve-se a atribuição de um voucher em equipamentos para o estabelecimento de ensino das equipas premiadas. Em todas as categorias os vencedores receberam um domínio pago por 2 anos; 3. Realização de workshops Sitestar.pt para promover a adesão das escolas ao concurso Sitestar.pt. Foram realizadas sessões informativas em estabelecimentos de ensino aderentes à DECO Jovem. Os Workshops Sitestar.pt são também espaços de informação e reflexão sobre os temas do mundo digital (direitos e deveres no mundo digital, importância de uma participação ativa e responsável na internet, privacidade na internet, navegar na internet de forma segura, proteção da propriedade intelectual, direitos de autor e conexos); 4. Realização de Showcase Sitestar.pt: participação das equipas nomeadas nas diferentes categorias do concurso e entrega de prémios.

Figura 18 - Resultados Sitestar.pt

	INSCRIÇÕES	N.º ALUNOS E PROFS ENVOLVIDOS	PARTICIPAÇÕES/ PROPOSTAS	DESISTÊNCIAS	EQUIPAS SELECIONADAS	SITES CONSTRUÍDOS
SITESTAR	209	539	168	41	55	55
SITESTAR 2	238	665	207	31	72	51
SITESTAR 3	214	521	193	21	74	61
SITESTAR 4	303	1009	270	33	100	54
TOTAL	964	2734	838	126	301	221

A 5ª edição do Sitestar.pt foi lançada no dia 10 de novembro. No que diz respeito às fases do concurso, os alunos podem inscrever-se até ao dia 19 de janeiro de 2018, sendo que as equipas selecionadas na 1ª fase receberão um voucher 3em1 e terão até 26 de abril para desenvolver o website.

3.2 www.3em1.pt

Com a iniciativa 3em1 – www.3em1.pt - é atribuído a quem crie uma empresa, associação ou sucursal na hora, ENH, um pacote de serviços gratuitos, pelo período de um ano, que inclui um domínio registado sob .PT, uma ferramenta para desenvolvimento de um site, o respetivo alojamento técnico e caixas de correio eletrónico. O 3em1 alarga-se a outras iniciativas fora do âmbito do ENH, assumindo a forma de voucher a atribuir a pessoas ou entidades a definir.

Esta iniciativa surgiu no âmbito de uma parceria com a ACEPI, à qual se juntaram 11 registrars com quem foram celebrados protocolos de adesão. Neste momento são registrars aderentes: 100 Limite, Amenworld, Ciberconceito, Domínios.pt, Chrome, Iberweb, Microeuropa, PTisp, PTServidor, WebHS e Webvila. Aumentar a presença dos portugueses e dos seus negócios e iniciativas na internet é o grande objetivo.

Em termos de resultados materiais, em 2017 foram emitidos 38.971 vouchers 3em1 sendo que 37.671 são vouchers ENH. Nos restantes incluem-se por exemplo os vouchers entregues aos concorrentes Sitestar.pt. Constata-se que, no entanto, só foram ativados 3.936 vouchers. Os registrars mais requisitados foram a Amen, a Domínios.pt (Claranet) e a Iberweb.

Figura 19 - Vouchers emitidos vs usados



Figura 20 - Vouchers emitidos por registrar aderente

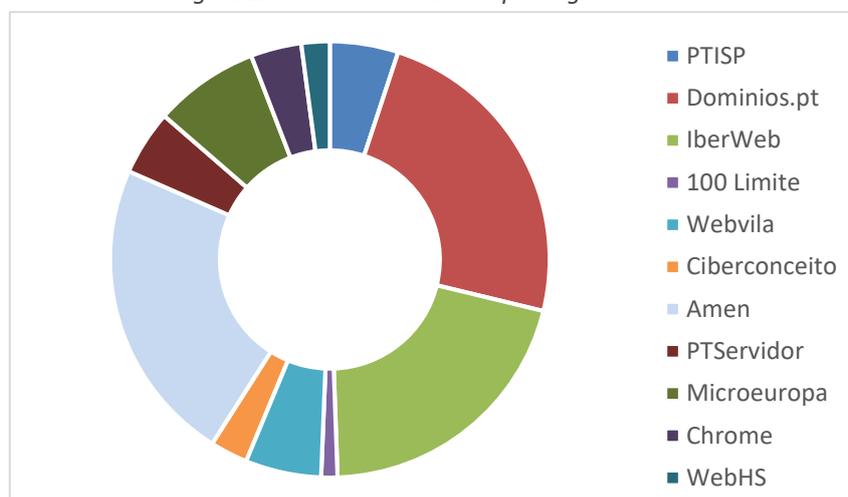
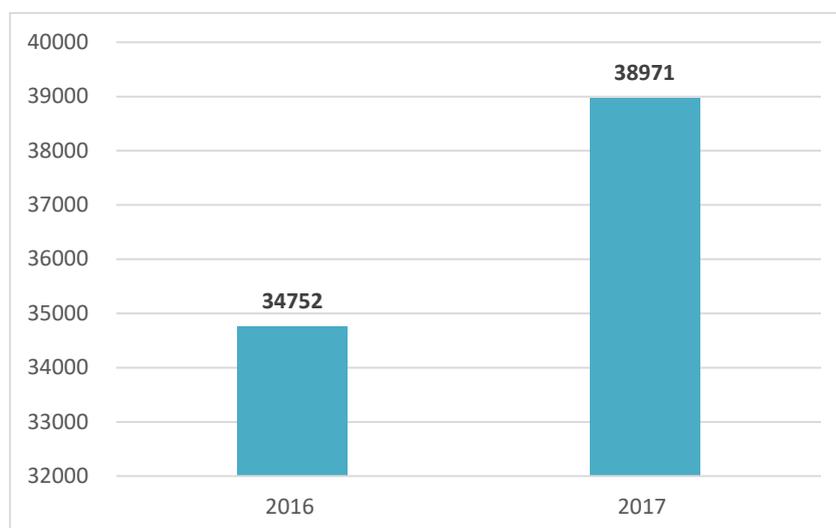


Figura 21 - Vouchers emitidos 2017 vs 2016



Continuamos a divulgar e a promover o 3em1 com o objetivo de conduzir a uma utilização generalizada pelo público ao qual se dirige. Neste sentido realizámos um roadshow nacional com workshops informativos sobre a iniciativa. No dia 12 de janeiro estivemos na Mafra Business Factory, no dia 15 de fevereiro estivemos no Centro de Formação Empresarial da ANJE Faro e na Claranet/Dominios.pt e no dia 27 de abril estivemos nas Jornadas do Conhecimento da ExpoCascais'17.

No dia 3 de abril foi lançada a INCoDe.2030 - <http://incode2030.pt/iniciativa> -, uma importante ação integrada de política pública dedicada ao reforço de competências digitais. O objetivo macro desta iniciativa nacional é o reforço das competências em Tecnologias de Informação e Comunicação para contribuir para melhorar o posicionamento e a competitividade de Portugal. Tendo em conta a possibilidade do DNS.PT se associar a esta importante iniciativa, foi proposta a criação do “3em1 para todos: formação na construção e manutenção de sites para uma Indústria 4.0”, que oferece um pacote de serviços gratuitos, pelo período de um ano, que inclui um domínio registado sob .PT, uma ferramenta para desenvolvimento de um site, o respetivo alojamento técnico e caixas de correio eletrónico. Com isto pretendemos contribuir para capacitar profissionalmente um conjunto de técnicos intermédios dos conhecimentos necessários para construir e manter sites simples, ou seja, sites sem especiais requisitos técnicos, mas que constituam per si uma plataforma capaz de pôr uma empresa, uma associação ou um negócio visível no mundo digital. Assim sendo, perspectiva-se aqui uma dupla vertente: i) capacitação de recursos humanos na área do digital ii) e a designada digitalização progressiva da atividade empresarial e da indústria (i.e., “Indústria 4.0”). Para 2018 serão estudadas novas possibilidades para apoio e colaboração nesta iniciativa governamental, onde tem todo o enquadramento a afetação de recursos provenientes do registo dos domínios .pt – devidamente identificados nas tabelas contabilísticas em anexo-.

Paralelamente, foi pensada ainda a solução oportunamente designada de “3em1 – comércio tradicional”. O racional desta está na possibilidade de dar um espaço online o pequeno comércio cuja presença digital é hoje muito diminuta. Aguardam-se desenvolvimentos. No âmbito do MUDA criámos ainda o “3em1 Cidadania”, que permite aos cidadãos no geral terem uma presença online.

Figura 22 - Voucher 3em1 Cidadania

Queremos ajudá-lo a ser um cidadão digitalmente ativo
Porque não ter o seu site?
VOUCHER

3em1 CIDADANIA

- .pt DOMÍNIO EM .PT
- @ CAIXAS DE CORREIO ELETRÓNICO
- 🏠 FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO DO SEU SITE E ALOJAMENTO TÉCNICO

TUDO ISTO GRATUITO E DURANTE 1 ANO
Utilize o código* em www.3em1.pt
e tenha o seu site em .pt

*validade 3 meses

PARCEIROS:

iberweb dominios.pt pt:sp webhr PME.PT cooper@cooper 100H () amen.pt microeuropa PTServidor

No âmbito do apoio a novas ideias e projetos, demos continuidade à parceria com a Acredita Portugal na qual o DNS.PT ofereceu vouchers 3em1 aos 150 semifinalistas do concurso de empreendedorismo. O DNS.PT integrou ainda o júri da semifinal do concurso, que se realizou no dia 8 de abril, na Microsoft Portugal. Os resultados finais do concurso foram conhecidos a 2 de junho. A Acredita Portugal é uma organização sem fins lucrativos focada no desenvolvimento e promoção do empreendedorismo nacional: www.acreditaportugal.pt.

Figura 23 - Semifinal do concurso Acredita Portugal



Os Territórios Criativos e o Turismo De Portugal estão a desenvolver o Tourism Up, um programa de aceleração de âmbito nacional desenhado para apoiar projetos de empreendedorismo nas áreas do turismo e promoção de produtos endógenos. O Tourism Up decorre preferencialmente em territórios de baixa densidade e/ou fora dos grandes centros urbanos. Este programa contou com o apoio do DNS.PT através da oferta de vouchers 3em1 às três equipas finalistas e de um voucher 3em1 para o domínio da iniciativa www.tourismup.pt.

3.3 Apoio a iniciativas

Ao nível concreto dos apoios a que acima fizemos nota, demos continuidade ao apoio ao concurso "Mostra de Autores Desconhecidos", sob a forma de parceiro premium. Este concurso é mais um projeto de responsabilidade social promovido pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais, que iniciou em 2014. Em 2016/2017 o tema foi "Cooltura – cultura para todos", premiando criações artísticas de jovens entre os 16 e 21 anos que se encontram em regime de acolhimento residencial em estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa. Esta edição contou com uma nova categoria "Internet", para premiar sites ou blogs, e os concorrentes beneficiariam antecipadamente do prémio de participação – voucher 3em1.pt – de modo a construírem o seu site ou blog sob um domínio .PT. O contributo do DNS.PT incluiu ainda a oferta de prémios de participação a todos os participantes, que este ano se traduziram em ações de formação que permitam alavancar as competências dos jovens. A cerimónia de entrega de prémios decorreu no dia 20 de junho.

Figura 24 - Cerimónia de entrega de prémios da Mostra de Autores Desconhecidos



O DNS.PT foi coorganizador da 2ª edição da Conferência Economia Digital e Direito, que teve lugar no dia 25 de janeiro no auditório do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados. O impacto da proteção de dados no comércio eletrónico, a legislação aplicável à venda e disponibilização de conteúdos online e os instrumentos de reforço da confiança e segurança dos consumidores, nomeadamente o Selo de Confiança CONFIO e a iniciativa "Ofertas Legais", foram os temas em destaque. A sessão de abertura contou com Luisa Gueifão, Presidente do Conselho Diretivo do DNS.PT, Alexandre Nilo Fonseca, Presidente da ACEPI, e Jorge Martins, Vice-presidente da ACEPI. O painel da tarde, sobre "Confiança e Proteção dos Consumidores Online", contou com Marta Moreira Dias, Vogal

do Conselho Diretivo do DNS.PT, como oradora, bem como com Luís Pisco, jurista da DECO, Luís Silveira Botelho, Inspetor-Geral da IGAC, e Paulo Santos, Diretor Geral da GEDIPE.

Figura 25 - Conferência Economia Digital e Direito



No dia 7 de fevereiro também nos associámos às comemorações do Dia da Internet mais Segura. O Centro Internet Segura preparou um evento, dirigido ao público jovem e sénior, para celebrar o dia, que este ano teve como tema: “Marca a diferença: Unidos por uma Internet Melhor”. O objetivo do evento foi reforçar a importância da navegação em segurança e promover a ideia de que todos juntos podemos contribuir para uma internet melhor, quer seja através da criação de conteúdos de qualidade, de comportamentos positivos, da presença online em liberdade e com respeito pelos direitos humanos, entre outros.

Figura 26 - Dia da Internet mais Segura



No início do ano fomos convidados para ser uma das entidades promotoras do MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa, que foi lançado a 15 de maio e que pretende incentivar a participação dos portugueses no espaço digital. Deste projeto fazem também parte entidades como EDP, BPI, Google, MEO, Microsoft, Millennium BCP, NOS, Santander Totta, Vodafone, Fidelidade, Crédito Agrícola, Continente, CUF, Galp, Hospital da Luz, Multicare, Telesseguros, Sapo e Worten. O compromisso do .PT é

ser um parceiro potenciador da dinâmica que acreditamos que o MUDA vai imprimir a nível nacional. Trabalhamos em conjunto, concretizando medidas e iniciativas que promovam e potenciem a utilização ativa, informada e responsável da internet. Para este efeito pensámos que seria interessante lançar aquilo que designámos de 3em1 cidadania, como pacote de serviços gratuitos pelo período de um ano: domínio em .PT, ferramenta para desenvolvimento de site, alojamento técnico e caixas de correio eletrónico. Em termos práticos, o que fizemos foi criar vouchers 3em1 Cidadania, sendo que a sua distribuição foi feita no roadshow MUDA que passou por diversas cidades do país. Este roadshow passou também pela Wonderland Lisboa durante o mês de dezembro e o DNS.PT fez uma ação de promoção do .PT e do concurso Sitestar.pt no dia 21 de dezembro.

Figura 27 - Apresentação MUDA



Como referido, uma outra iniciativa que conta com o apoio do DNS.PT é o Apps for Good, um movimento tecnológico educativo que chega aos jovens através de parcerias com organizações de educação formal ou não formal – escolas, colégios, centros da juventude, clubes de informática, entre outros. Professores e alunos (entre os 10 e os 18 anos) trabalham em equipa para darem resposta a questões relevantes do seu dia-a-dia através da criação de apps para *smartphones* ou *tablets*. Através do Apps For Good têm acesso a conteúdos digitais e podem contactar com especialistas de todo o mundo. A edição de 2016/2017 contou com 106 escolas, 251 professores, 1.744 alunos e 239 ideias de apps. O DNS.PT apoiou e foi júri do Apps for Good. Os vencedores foram divulgados no dia 20 de setembro, no evento final que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian. Entretanto já está a decorrer a edição 2017/2018.

Figura 28 - Evento final Apps for Good



Um dos compromissos formalmente assumidos pela Associação DNS.PT é o de apoiar iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento da comunidade internet nacional. Aqui referimo-nos em concreto ao apoio à Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet que tem como objetivo principal refletir e debater, em Portugal, a temática da Governação da Internet, cada vez mais relevante no panorama internacional. A iniciativa nacional realizou-se no dia 29 de setembro e foi coorganizada pela ANACOM, APDSI, DNS.PT, FCT, IAPMEI e ISOC Portugal. Desta iniciativa saíram as Mensagens de Lisboa 2017, que contribuíram para a discussão que decorreu a nível mundial, no fórum global IGF 2017, em Genebra, de 18 a 21 de dezembro. O DNS.PT coorganizou, com o IAPMEI e a APDSI, a sessão sobre "Confiança na Internet e RGPD". Todas as informações estão disponíveis no site criado para o efeito pelo DNS.PT: www.governacaointernet.pt.

Figura 29 - Logo e site da Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet



Iniciativa Portuguesa sobre a **Governação da Internet 2017**
29 de setembro de 2017 - IAPMEI

A Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet é uma plataforma nacional de diálogo que reúne atores sociais, públicos e privados e a sociedade em geral para informar, refletir e debater de forma aberta e inovativa, a temática da Governação da Internet, cada vez mais relevante nos panoramas nacional e internacional.

O lançamento da Iniciativa decorreu na sequência de um movimento a nível global que conduziu a vários stakeholders a organizarem, de forma voluntária, em várias partes do mundo, Iniciativas Nacionais e Regionais do Fórum de Governação da Internet para discutir questões emergentes relacionadas com a Governação da Internet, junto das respetivas comunidades.

Todas as Iniciativas Nacionais e Regionais aderem aos princípios do IGF espelhados nos artigos 72º e 73º da Agenda de Tunes adotada na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação de 2005.

A 1ª edição a nível nacional realizou-se em 2010 e as edições ulteriores em 2012, 2013 (apoiando da realização do EuroDIG em Portugal) 2014, 2015 e 2016 (mais informações: www.fct.pt).

A edição 2017 será coorganizada pela ANACOM, APDSI, DNS.PT, FCT, IAPMEI e pela ISOC Portugal, e decorrerá no dia 29 de setembro de 2017.

A reflexão nacional multisetorial (multistakeholder) e as principais mensagens de Portugal que resultarão desta edição do Fórum deverão contribuir para a discussão que decorrerá a nível mundial, no âmbito das Iniciativas Nacionais e Regionais, na 12ª edição do IGF, em Genebra, de 18 a 21 de dezembro 2017, sob o tema "Shape Your Digital Future".

Mensagens de Lisboa 2017 Programa O que é a Governação da Internet? O que é a WSIS? O que é o IGF?

Programa

08:30 - 09:00	RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES
09:00 - 09:10	BOAS VINDAS
	Jorge Marques dos Santos - Presidente do IAPMEI
09:10 - 11:10	SESSÃO PLENÁRIA 1 - "Qual o futuro da Internet?"
	Moderador: José Vítor Matheiros
	Andréa Beccalli - ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers)
	Júlio Pedro Martins - European Youth Ambassador for Children Internet Safety
	José Luís Garcia - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
	Embaixador Luís Barreira de Sousa - Diplomacia, Ministério dos Negócios Estrangeiros
	Lynn Saint-Amour - Chair of Internet Governance Policy - Multistakeholder Advisory Group
	Teresa Vazão - Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
	Tiago Manuel Rêgo - Federação Nacional das Associações Juvenis
	André Azevedo - Microsoft Portugal
11:10 - 11:25	Pausa para café
11:25 - 12:55	SESSÃO PARALELA 1 - "O exercício da cidadania plena é possível sem inclusão digital?"
	Moderador: Luís Vidigal - APDSI

Figura 30 - Sessão sobre "Confiança na Internet e RGPD"



Este ano apoiámos novamente a Corrida Terry Fox, que se realizou no dia 22 de abril. Ao longo dos últimos 20 anos, a Liga Portuguesa Contra o Cancro tem financiado as Bolsas Terry Fox para apoiar a investigação em oncologia. O objetivo da Corrida Terry Fox 2017 foi proporcionar o financiamento de duas bolsas a investigadores de institutos científicos portugueses.

Apoiámos ainda a campanha de apoio às vítimas dos incêndios "Tudo por Portugal". Tratou-se de uma iniciativa da Federação Portuguesa de Futebol com a colaboração da Rádio Comercial.

4. Cooperação e Inovação

Paralelamente à concretização da missão core do DNS.PT, está a ser desenvolvido um conjunto de atividades e serviços adicionais, assentes num princípio de colaboração institucional e num objetivo de inovação e desenvolvimento que, neste âmbito, julgamos dever também aqui presidir.

4.1 ccTLD's africanos .AO, .GW, .CV e .ST e ENUM

Neste contexto, continuamos a dar apoio aos ccTLD's africanos .AO, .GW, .ST e .CV, sendo que, no caso dos dois primeiros ccTLD's, os termos da colaboração estendem-se a um conjunto de serviços que vão para além da inicial mera colaboração ao nível da gestão dos servidores de zona. Ao nível da inovação e desenvolvimento, apoiámos entidades interessadas na utilização das importantes potencialidades associadas ao sistema público de números telefónicos que podem ser contactados diretamente pela Internet - ENUM.

Durante o período em análise importa referir o apoio protocolado com a Autoridade Reguladora Nacional - Tecnologias de Informação e Comunicação da Guiné-Bissau, desde 10 de julho de 2014. Ao nível dos serviços de apoio ao registo destaca-se o facto de, no total, terem sido registados 625 domínios em .GW, sendo que apenas 190 se encontram ativos, dado que no âmbito da monotorização jurídica os restantes foram removidos, nos termos das regras de registo estabelecidas para o efeito. Em 2017 foram registados 61 domínios .GW, sendo que se encontram ativos 42. Este foi o primeiro ano em

que o número de domínios ativos superou o número de domínios arquivados. O TLD contabiliza já 21 registrars aderentes.

Dada a discrepância existente entre os domínios registados e os domínios efetivamente ativos, elaborámos uma proposta de um novo regulamento para o registo de domínios em .GW, que tem como premissa a liberalização das atuais regras de registo existentes, com o objetivo de proporcionar um aumento do número de domínios em .GW. De modo a implementar as novas regras, foram realizados contactos com o Centro de Arbitragem e Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para acautelar a resolução dos conflitos que envolvam nomes de domínio registados em .GW por um Centro de Arbitragem reconhecido mundialmente.

Para além do regulamento, elaborámos também uma proposta de campanha conjunta .pt/.gw, a apresentar juntamente com as novas regras, sob o mote “Registe um .PT e receba também um .GW”.

4.2 LusNIC

Decorreu, no dia 12 de março do presente ano, em Copenhaga, a segunda Assembleia Geral da LusNIC – Associação de Registries de Língua Portuguesa, constituída formalmente a 23 de setembro de 2015. Nesta assembleia, com grande adesão, foi aprovado por unanimidade o Plano de Atividades da associação para os anos de 2017/2018, proposto pelo Conselho Diretivo e que foi alvo de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal. Foi igualmente discutida a participação da LusNIC na Iniciativa Lusófona do Fórum de Governação da Internet, que vai ao encontro dos objetivos a que a associação se propõe. A iniciativa pretende reunir vários setores com o intuito de promover o diálogo sobre as interfaces étnico-culturais e técnico-instrumentais de uma internet que fala a língua portuguesa. Na Assembleia Geral foi aprovada, por unanimidade, a participação da LusNIC nesta iniciativa, nomeadamente como patrocinadora.

Figura 31 - Assembleia Geral LusNIC



Numa intenção de concretização do objetivo proposto no plano de atividades da LusNIC de celebração de protocolos com organismos congéneres e nos termos do objeto estipulado da alínea g), número 1 dos estatutos da associação, bem como de acordo com o artigo 4º do Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, elaborámos a candidatura da LusNIC ao

Estatuto de Observador Consultivo. Para a candidatura foi preparada a carta de motivação e toda a documentação necessária.

Neste âmbito, prepararam-se também ações em conjunto com a ARCTEL-Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP, nomeadamente a participação num estudo preparatório para a Agenda Digital da CPLP e a organização de um workshop relacionado com temas ligados à cibersegurança.

Por outro lado, de acordo com o estabelecido no Plano de Atividades para 2017/2018, de “*criar ações de posicionamento para dar a conhecer a LusNIC*” e num intuito de divulgação da referida, foram publicadas notícias regulares no site e na página de Facebook da mesma. No dia 29 de março de 2017 foi também criada uma página sobre a LusNIC na ICANNWIKI.

No segundo quadrimestre de 2017 foi elaborado pelo Conselho Diretivo o Relatório e Contas do exercício de 2016 para apresentar à Assembleia Geral. Foram também elaborados documentos jurídicos avulsos necessários ao funcionamento da associação, como a preparação de uma carta a declarar o exercício de funções pelo Senhor Presidente Engenheiro Cândido Costa Frota, enquanto atual Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Geral de Regulação (AGER), substituindo o Senhor Engenheiro Orlando de Assunção Fernandes, anterior Presidente do Conselho de Administração, que passa a integrar a Mesa da Assembleia Geral, como Vice-Presidente da Mesa, nos termos do artigo 8º número 1 e 3 do Estatutos da LusNIC.

4.3 CONFIO

No âmbito da iniciativa CONFIO, a marca de confiança online que resultou da celebração de um protocolo de parceria entre a Associação DNS.PT, a ACEPI - Associação da Economia Digital e a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, assinado a 22 de julho de 2016 e que tem como objetivos promover as boas práticas no comércio eletrónico em particular, e da utilização da internet em geral, traduzida num selo eletrónico destinado a websites, aumentámos o número de sites acreditados com o selo CONFIO. À data, encontram-se atribuídos 21 selos e estão 9 selos em processo de auditoria.

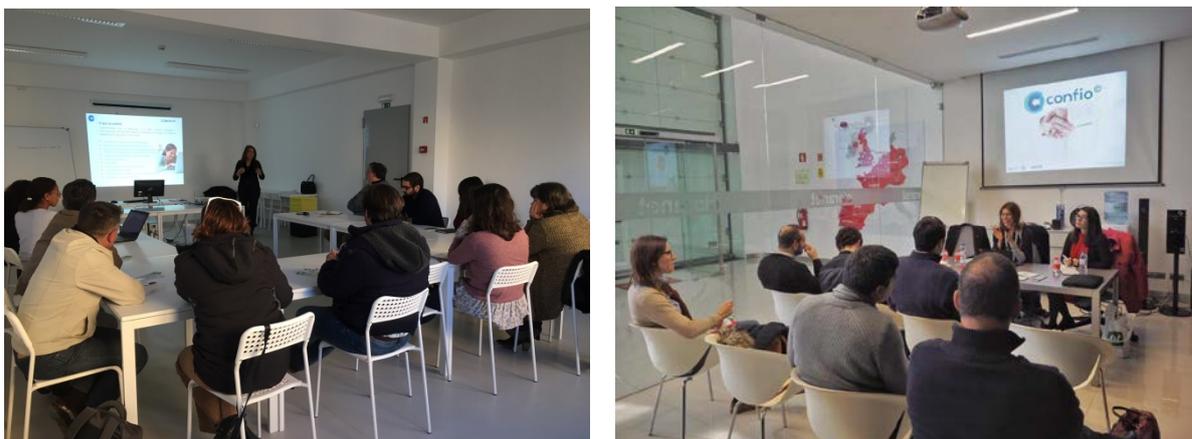
A acreditação dos sites, quer sejam informativos ou comerciais, é feita com recurso à plataforma disponível no site www.confio.pt e assenta no cumprimento do Código de Conduta e do Regulamento. O Selo Confio é formalmente atribuído pela Associação DNS.PT, que tem a responsabilidade de entidade acreditadora, ao abrigo da missão e atribuições que lhe estão conferidas no âmbito do referido protocolo, através de um processo de auditoria online externa pautada por critérios de rigor técnico, independência, objetividade e transparência.

Sendo o DNS.PT a entidade acreditadora cabe-lhe a tarefa de acompanhamento permanente dos processos de pedidos de adesão ao selo CONFIO, até à sua atribuição final, bem como a reavaliação anual dos sites acreditados. Este acompanhamento permanente pressupõe uma gestão interna diária dos pedidos de selo na plataforma, assim como uma assistência permanente aos processos em fase de auditoria, que se traduz no estabelecimento de um elo de ligação entre as questões suscitadas pelos clientes aos auditores e vice-versa.

No que diz respeito à divulgação do CONFIO, têm sido realizadas algumas iniciativas. Em concreto, falamos das apresentações no âmbito do roadshow CONFIO. No dia de 12 de janeiro foi feita uma apresentação na Mafra Business Factory, destinada na sua maioria a startups de diversas atividades. No dia 15 de fevereiro, o selo CONFIO marcou presença no Algarve, com uma apresentação dedicada às

empresas algarvias, de manhã no Centro de Formação Empresarial da ANJE Faro e à tarde na Claranet/Dominios.pt com as empresas suas parceiras. No dia 27 de abril o selo CONFIO foi apresentado num painel com o tema “Confiança e Transparência Online – Selo Confio”, nas Jornadas do Conhecimento da ExpoCascais’17, feira do empreendedorismo, juventude e inovação, no Centro de Congressos do Estoril. Neste âmbito decorreu uma campanha de descontos, na qual foram oferecidos vouchers com 50% de desconto na adesão ao selo em cada um dos eventos. A campanha, iniciada em outubro do ano anterior, terminou a 31 de março deste ano.

Figura 32 - Roadshow CONFIO



Com o propósito de dar a conhecer o CONFIO às empresas portuguesas, o DNS.PT tornou-se associado da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, constando já do diretório de empresas associadas no site www.ccip.pt. Enquanto associados marcámos presença na Assembleia Geral para sócios, que decorreu no dia 29 de março às 14h30, com o intuito de análise, discussão e votação do Relatório Anual de Atividades da Instituição, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2016, bem como do parecer do Conselho Fiscal. Uma das vantagens de ser associado é poder realizar sessões de esclarecimento para os restantes associados no âmbito da iniciativa A2A Know-How & Boas Práticas da CCIP. Assim, a equipa do CONFIO organizou uma sessão sobre “Confiança no Comércio Eletrónico”, que decorreu no dia 12 de julho, nas instalações da CCIP.

O CONFIO esteve ainda presente no Portugal Digital Summit, que decorreu nos dias 10 e 11 de outubro na Sala Tejo do MEO Arena, com um espaço no stand do DNS.PT.

A estas ações de divulgação específicas acrescem as publicações nas redes sociais, nomeadamente na página de Facebook do CONFIO - <https://www.facebook.com/confio.pt/> -, e no próprio site do CONFIO – www.confio.pt.

De modo a tornar o processo de adesão ao selo mais fácil e célere, o formulário de pedido do selo CONFIO foi simplificado, tendo sido também elaborado um documento de apoio ao preenchimento do referido formulário.

Nesse sentido, e de tornar também o processo de auditoria mais eficaz, estabeleceu-se, em adenda ao contrato de prestação de serviços de auditoria no âmbito da iniciativa CONFIO, prazos para realização e reavaliação das auditorias e de resposta a pedidos de informação. Com esse propósito foi dada uma nova formação aos auditores e foi criada uma DRIVE onde tanto os referidos como o DNS.PT, entidade acreditadora, podem colocar questões que suscitem dúvidas e as soluções para as respetivas questões.

II. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E SISTEMAS

O ano de 2017 apresentou-se, desde o início, como um ano desafiante para a equipa do DIS, porquanto se iniciavam alterações estratégicas no modo como o DNS.PT encara e interage com os sistemas de informações existentes. Neste âmbito destacam-se dois projetos fundamentais: a implementação de uma localização de Disaster Recovery para os sistemas do DNS.PT e o início do estudo sobre a alteração do sistema de informação principal do DNS.PT, o SIGA.

No entanto, o ano de 2017 não se mostrava desafiante apenas a nível interno, mas também a nível global com a anunciada rotação da chave DNSSEC da raiz do DNS. A rotação desta chave sempre se mostrou um desafio para a indústria do DNS uma vez que esta chave é fulcral para o bom funcionamento de todo o sistema e o processo de rotação é bastante complexo e demorou cerca de 6 anos até haver consenso na indústria relativamente ao processo. A rotação desta chave estava planeada para Outubro de 2017 tendo havido um planeamento dos vários passos para a rotação anunciado atempadamente. O processo de rotação começou em Julho de 2017 com a publicação da nova chave para conhecimento da mesma pelo sistema de DNS, esta publicação e os primeiros dados relativos a rotação apresentavam uma tendência positiva e tudo apontava para uma rotação bem-sucedida em Outubro de 2017. No entanto no final de Setembro de 2017 o ICANN verificou que o sistema informativo do estado da rede relativo as chaves de DNS estava a retornar dados que podiam levar a uma rotação da chave mal sucedida ou com impacto para os utilizadores finais. Desta forma foi decidido colocar a rotação em pausa e adia-la até haver uma clarificação sobre os dados de forma a não haver impacto na internet.

Em relação a rotação da chave o DNS.PT reuniu com os vários operadores de rede Portugueses como a MEO, a Vodafone e a NOS de forma a sensibiliza-los e a torna-los conscientes para a alteração e como a mesma poderia os afetar. Esta reuniões não serviram apenas para esta consciencialização, mas também para o conhecimento mutuo entre a equipa técnica do DNS.PT e destas empresas com o objetivo de se explorar outras possíveis interações.

1. Gestão da Infraestrutura Técnica

1.1 Suporte e manutenção da Infraestrutura-Técnica e Postos de Trabalho

Conforme perspetivado no Plano de Atividades de 2017, assegurou-se a gestão e manutenção da Infraestrutura-Técnica do DNS.PT. Em 2017 prosseguimos o compromisso de garantia dos mais altos níveis de desempenho e disponibilidade dos sistemas de informação e serviços do DNS.PT.

Asseguramos a atividade regular de suporte técnico que registou um total de 1.700 ocorrências, distribuídas com maior incidência nos dois primeiros quadrimestres. Face ao ano anterior, houve um ligeiro aumento de 1,67% do número de ocorrências. Estes valores indicam uma estabilização do número de ocorrências, desde que o DNS.PT iniciou atividade.

Período	1ºQ	2ºQ	3ºQ	2017
Tickets	648	605	447	1700
Resolução	04:19	04:29	12:33	07:07

Tabla 1 - Número de ocorrências OTRS por quadrimestre em 2017

Neste capítulo, importa referir a reformulação do cálculo dos tempos disponíveis para resolução de ocorrências no último quadrimestre. Até então, a contabilização do tempo de resolução apenas considerava o horário de expediente, e depois passou a contabilizar um dia (24h) completo. Esta alteração visou aproximar o tempo de resolução das ocorrências ao tempo real de espera dos utilizadores que reportam as ocorrências. Na prática esta medida traduz-se por um aumento do tempo de médio de resolução face ao observado anteriormente, como se pode observar no último quadrimestre.

1.2 Implementação de solução de Disaster Recovery (DR) dos serviços do DNS.PT

Inscrito com destaque no Plano de Atividades, este projeto previa a implementação duma solução de *Disaster Recovery (DR)*, no âmbito do processo de Continuidade de Negócio do DNS.PT iniciado em 2015. Esta solução deveria ter uma arquitetura tecnológica em linha com as necessidades de negócio do DNS.PT, de acordo com a criticidade dos sistemas de informação e as exigências do Plano de Continuidade de Negócio aprovado para a organização.

Os trabalhos de definição de requisitos iniciaram no primeiro quadrimestre. Esta tarefa ficou a cargo da NOS em colaboração com a S21Sec, após processo de consulta a várias entidades. O levantamento de requisitos foi exaustivo, tendo terminado no início de junho.

O processo de consulta para serviços de *Disaster Recovery* decorreu durante o mês de junho, tendo sido convidadas a apresentar propostas, as empresas: Altice, Claranet, NOS Sistemas, IPTelecom e ArTelecom. A proposta da IPTelecom demonstrou ser a que reunia melhor alinhamento com os requisitos do projeto e que garantia a melhor relação qualidade/preço, pelo que foi a proposta escolhida para a concretização do projeto.

Dada a dimensão do projeto e não obstante os esforços efetuados, não foi possível concluir o mesmo durante 2017, estando a sua conclusão prevista no primeiro quadrimestre de 2018.

1.3 Revisão e consolidação da documentação de suporte à atividade de operação

Outro dos objetivos do DIS durante o ano de 2017 era a revisão e consolidação da documentação de suporte aos sistemas. Este objetivo surgiu devido ao facto de a documentação estar dispersa em vários formatos e repositórios o que não facilitava a vida aos colaboradores do DIS. Para além disso foi identificado nas auditorias de qualidade um défice na documentação do DIS.

Assim durante o ano de 2017 o DIS implementou um repositório central em formato Wiki que consolidou num só sítio e de forma centralizada a documentação do DIS. A plataforma em formato Wiki foi a escolhida por cumprir todos os requisitos no âmbito da qualidade e segurança como por exemplo a rastreabilidade da informação e ao mesmo tempo ser de fácil utilização para os utilizadores.

Ao longo do tempo de funcionamento esta ferramenta tem-se destacado pela positiva dentro do DIS e já começou a ser explorada de forma a que outras áreas do DNS.PT a utilizem.

1.4 Estudo e planeamento da transferência de serviços para datacenter alternativo

A infraestrutura técnica do DNS.PT encontra-se instalada num datacenter com as devidas condições, porém um pequeno número de sistemas redundantes reside na sede do DNS.PT.

Este objetivo, perspetivado no Plano de Atividades para 2017 tinha como finalidade o estudo e planeamento da migração dos sistemas de informação redundantes, instalados na sede do DNS.PT para um *datacenter* alternativo, uma vez que a atual localização tem condições muito limitadas para alojar estes serviços estando longe do ideal para alojamento deste tipo de serviços.

No último quadrimestre, executamos o estudo de soluções com uma solução técnica e propostas comerciais, tendo em vista a concretização deste objetivo. Porém após serem estudadas e analisadas as diversas alternativas, o DNS.PT optou por integrar este objetivo no projeto de Disaster Recovery, num modelo de replicação de continuidade de negócio “Ativo/Ativo”.

2. Desenvolvimento de serviços e novos projetos

Tal como definido no Plano de Atividades, 2017 perspetivou-se um ano particularmente desafiante para esta Direção no âmbito do desenvolvimento de serviços e novos projetos, com objetivos com carácter inovador.

2.1 Acompanhamento de desenvolvimento de sistemas de negócio (SIGA, Confio e .GW)

Dentro do normal fluxo das aplicações foi necessário o DIS acompanhar os desenvolvimentos nas diversas aplicações proprietárias como o sistema de registo e gestão de .GW ou a plataforma Confio. Neste campo destacam-se os desenvolvimentos feitos na plataforma Confio de forma a evolução da mesma os quais ainda tomaram algum tempo a equipa do DIS.

2.2 Acompanhamento de entrada em produção de novo sistema ERP

Durante o ano de 2016 o DNS.PT implementou uma nova ferramenta de ERP tendo o DIS acompanhado a entrada em produção da mesma. Ao longo do ano de 2017 o DIS continuou a acompanhar a entrada em produção deste novo sistema e a dar a resposta aos utilizadores internos. A entrada em produção deste sistema ocorreu com alguns problemas inicialmente, mas todos estes foram sanados atempadamente.

2.3 Estudo dos sistemas de informação existentes e planeamento da sua evolução com lançamento de consulta para novo Sistema de Registo de domínios.

Um dos projetos bandeira do DNS em 2018 é a renovação do sistema de gestão e registo de nomes de domínio que dá suporte ao negócio do .PT. De forma a começar a preparar o trabalho e ter uma visão independente sobre o negócio o DNS.PT efetuou um processo para contratação de consultoria e levantamento dos requisitos do novo sistema de informação de suporte ao negócio. A empresa selecionada, Deloitte efetuou no último quadrimestre do ano o levantamento de requisitos técnicos e de requisitos funcionais da futura aplicação. Após este levantamento a empresa focou-se em definir os requisitos e estrutura da futura aplicação de forma a mesma ser robusta, altamente configurável e altamente escalável.

Com esta nova aplicação de gestão e registo de nomes de domínios o DNS.PT pretende-se não só evoluir de forma positiva nos sistemas e a gestão dos clientes de forma a enquadrar as melhores e mais recentes praticas dos mercados, mas também criar uma plataforma dinâmica que o DNS.PT possa partilhar com outros Registries de forma a diversificar a atividade do DNS.PT.

2.4 Implementação de uma plataforma de recolha de dados estatísticos do sistema DNS

Este objetivo, perspetivado no Plano de Atividades, tinha como finalidade a implementação de uma plataforma de dados estatísticos do serviço de resolução de nomes nos servidores de nomes

autoritativos para .PT. Estes dados, permitem monitorizar em tempo real o tráfego de consultas e respostas do serviço DNS de domínios na internet. Permitindo a resposta ágil a incidentes de segurança na infraestrutura de servidores de nomes do .PT.

Foram estudados três cenários (Entrada, Hedgehog e DSP2) tendo sido implementados pilotos para cada um dos cenários. Da análise efetuada, optou-se por implementar a solução combinada de Hedgehog e DSP2, uma vez que em conjunto, estas soluções satisfazem os requisitos pretendidos. Contou como ponto favorável, o facto destas duas soluções partilharem a componente de recolha de dados estatísticos, o DSC.

Perante o exposto, este objetivo foi cumprido.

2.5 Trabalhos decorrentes do Sistema Integrado de Qualidade e Segurança da Informação implementado no DNS.PT

Ao longo de todo o ano a área técnica colaborou com a área de qualidade e segurança de forma a continuar a alinhar todos os seus processos e métodos de trabalhos com as melhoras praticas que advém da certificação que o DNS.PT tem em ISO 9001 e ISO 27001.

3. Segurança de sistemas

3.1 Implementação da nova Infraestrutura DNSSEC

A Infraestrutura DNSSEC é o conjunto de equipamentos e sistemas responsáveis por assinar digitalmente a zona .PT com as chaves criptográficas de DNSSEC no .PT. Em 2017 procedemos ao desenho da nova infraestrutura, ao processo de consulta e aquisição de equipamentos e instalação dos componentes. Destaque para alteração de infraestrutura com o reforço da redundância da infraestrutura e a descontinuação do equipamento HSM, o que altera os processos de gestão correspondentes.

Para além da compra e instalação de equipamentos este objetivo também se propunha a desenhar os processos para a descontinuação dos equipamentos antigos, entrada em funcionamento dos novos e processos periódicos de rotação da chave do .PT. No entanto estes processos não ficaram prontos a tempo do final do ano de forma a rotação da chave do .PT acontecer durante o ano de 2017.

Apesar do incumprimento do objetivo a equipa técnica continua a trabalhar nele de forma a ser possível a entrada em funcionamento da infraestrutura no primeiro quadrimestre de 2018 e a consequente rotação da chave do .PT.

3.2 Organização de Workshops/Sessões DNSSEC

À semelhança dos anos anteriores, em 2017 realizamos sessões teóricas e práticas de workshops DNSSEC. Foram organizadas um total de 7 sessões, com 52 participantes, 48 presenciais e 5 remotos. Destaque para a sessão realizada no Instituto Superior Técnico – Tagus Park no âmbito de uma cadeira de segurança redes. E as sessões realizadas nas instalações da MEO, e no CEGER, a convite destas entidades.



#	Data	Local	Participação Presencial	Participação Remota	Total
1	24/02/2017	DNS.PT	0	2	2
2	28/04/2017	DNS.PT	3	1	4
3	26/05/2017	CEGER	1	0	1
4	31/05/2017	MEO	5	1	6
5	01/06/2017	IST Tagus Park	37		37
6	30/06/2017	DNS.PT	2		2
7	25/08/2017	DNS.PT	0	1	

Tabela 1 - Sessões de Workshop DNSSEC em 2017

3.3 Orientação de projeto de mestrado - Segurança no DNS

Em 2017 prosseguimos o objetivo de orientação de um projeto de estágio sobre o tema “Segurança no DNS”, mas com uma nova proposta, com o título “*Response Rate Limiting* (RRL) no serviço DNS de .PT”. Esta proposta de estágio previa o estudo dos parâmetros de configuração da funcionalidade RRL para uma utilização ótima face ao nível de segurança desejado, o estudo do comportamento da funcionalidade RRL e por último a configuração de um servidor de nomes piloto com a solução RRL.

A proposta submetida pelo DNS.PT, foi aceite por um aluno do curso de Mestrado em Engenharia de Telecomunicações e Informática do 2º semestre no ano letivo 2016/2017, no Instituto Superior Técnico.

A componente administrativa de formalização do processo de estágio ocorreu logo no início de 2017, tendo-se seguido por uma reunião de trabalho para expor e discutir as expectativas de resultados do DNS.PT. A discussão intercalar do projeto ocorreu a 19 de junho. Nos meses seguintes ocorreram algumas reuniões de acompanhamento, tendo os resultados do projeto ficado aquém do pretendido, pelo que se prevê a conclusão do mesmo apenas em 2018.

4. Indicadores

Em 2017 o indicador que se destacou face aos restantes foi a validação DNSSEC nos operadores portugueses. Como resultado das reuniões que a equipa técnica do DNS.PT manteve por volta do meio do ano para alertar acerca da rotação da chave da raiz do DNS.PT o operador MEO ligou a validação DNSSEC nos seus *resolvers*. Assim chegamos ao final do ano com perto de 70% de validação no país de acordo com as estatísticas da APNIC.

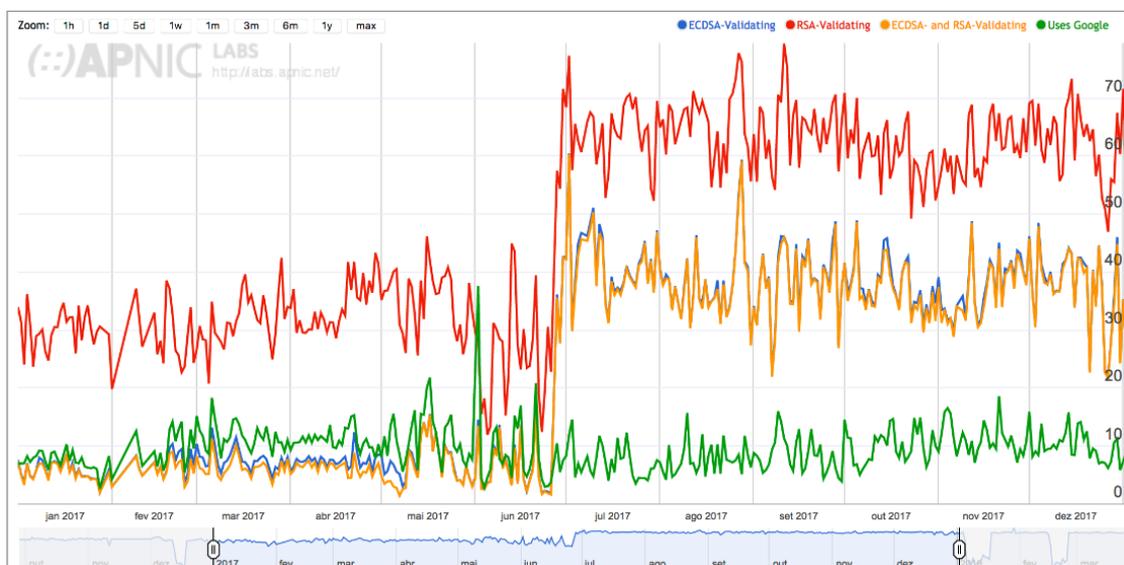


Figura 1 – Validação DNSSEC em Portugal

Ao nível dos domínios .PT assinados com DNSSEC também se verificou uma evolução positiva tendo o registrar Sampling Line procedido a assinatura de um conjunto de domínios em abril o que fez com o número de domínios assinados tivesse um salto positivo nessa altura.

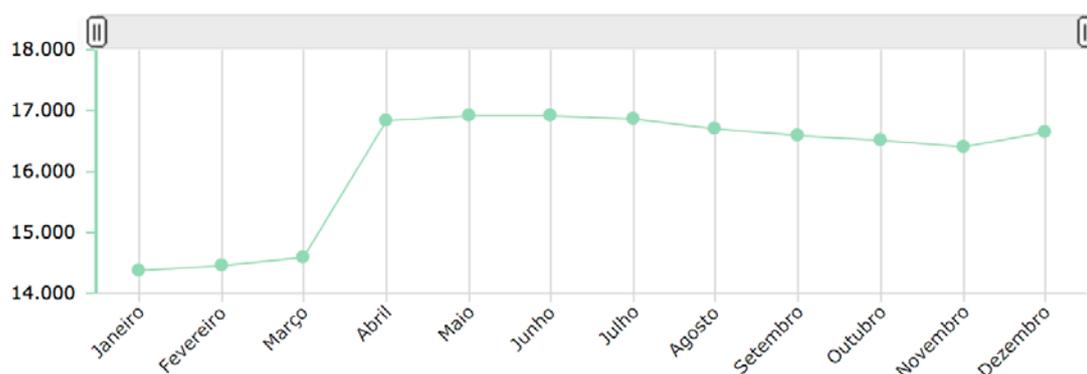


Figura 2 – Domínios .PT com assinatura DNSSEC

Ao nível do volume de tráfego nos servidores de DNS do .PT este manteve-se em linha com o ano de 2016 sendo o tráfego nos servidores bastante regular apesar de algumas anomalias.

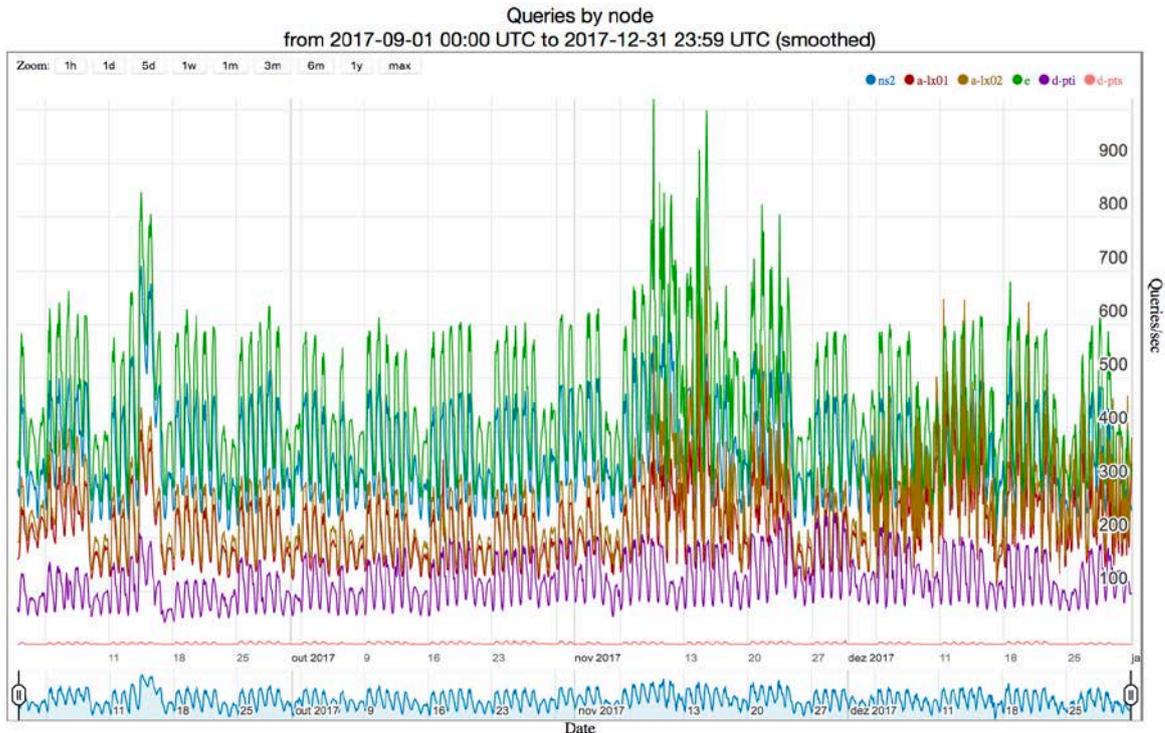


Figura 3 – Queries efetuadas aos servidores de .PT

Relativamente aos canais de entrada para o sistema de gestão de nomes do DNS, nomeadamente o site <https://registo.dns.pt> e o canal EPP, a disponibilidade também foi acima de 99,99%, sendo os tempos de ligação bem dentro do normal.

(HTTP) registo.dns.pt

type: HTTP, host: registo.dns.pt

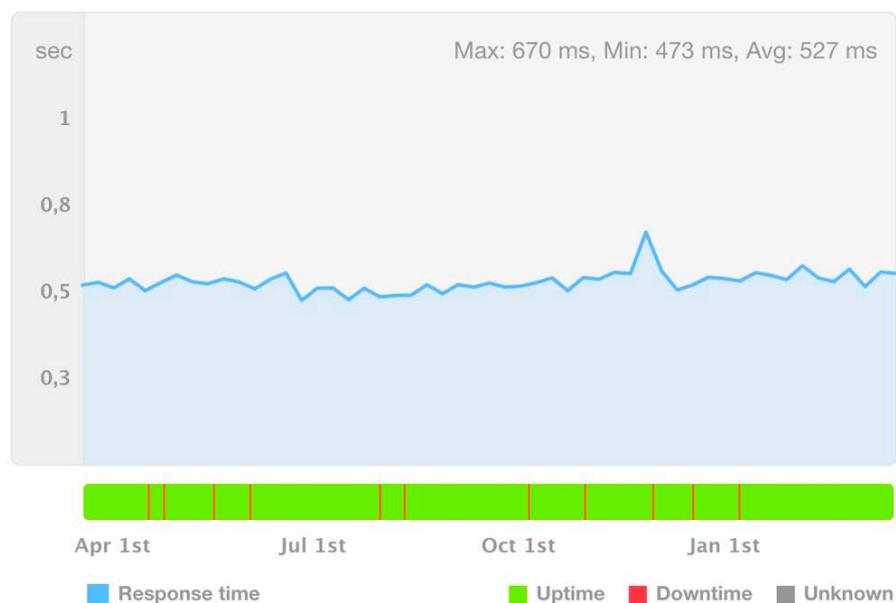


Figura 4 – Latência e disponibilidade do website <https://registo.dns.pt>

epp.dns.pt

type: TCP, host: epp.dns.pt



Figura 5 – Latência e disponibilidade do epp.dns.pt

Relativamente ao site corporativo <https://www.dns.pt> a disponibilidade também foi de 99% e a latência média de 1,2 ms.

(HTTP) www.dns.pt

type: HTTP, host: www.dns.pt



Figura 6 – Latência e disponibilidade do website <https://www.dns.pt>

III. DIREÇÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Tendo por referência as orientações do Plano de Atividades de 2017, destacam-se as principais iniciativas desenvolvidas e resultados alcançados no período em análise pela Direção de Gestão e Administração nas suas várias áreas de atuação:

- Gestão de nomes de domínio .PT
- Recursos Humanos
- Qualidade & Segurança
- Gestão Financeira e Orçamental

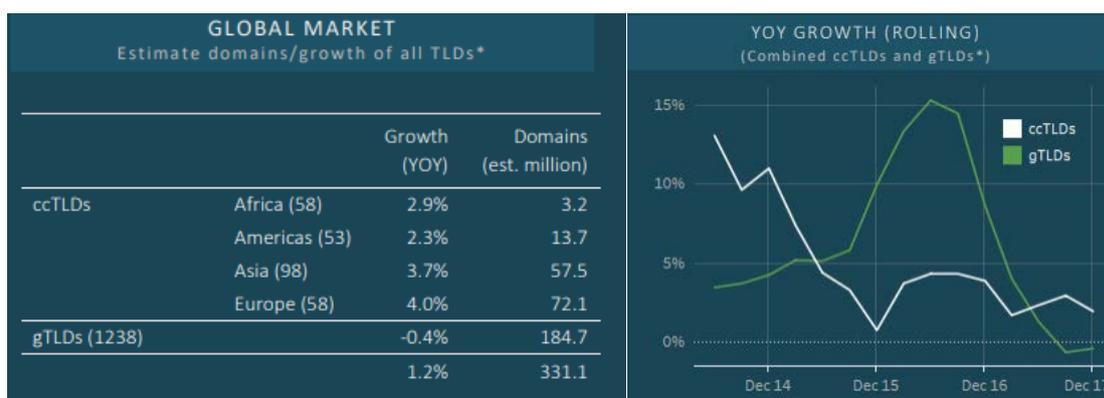
1. Gestão de nomes de domínio

1.1 Enquadramento Internacional

Em 2017 o mercado global de nomes de domínio cresceu 1,2%, estimando-se um total de 331 milhões de domínios registados em todo o mundo em mais de 1.500 domínios de topo delegados (267 ccTLDs; 22 Legacy gTLDs e 1.238 new gTLDs). São os gTLDs que detêm maior quota de mercado, com cerca de 185 milhões de registos, com o .com, .loan e .info a liderar o crescimento. Mantém-se a preferência no registo em .com, que alcança uma taxa de penetração de 70% dos registos efetuados nos domínios de topo genéricos que, desde 2012, a esta parte mais de 1.200 novas opções (operadas por governos, empresas, marcas e comunidades) que os consumidores dispõem para garantir a sua presença na internet.

Globalmente, a quota de mercado dos domínios divide-se entre os 22 legacy gTLDs (como são .com, .net ou o .org) e os 267 ccTLDs (domínios de topo de país), com estes últimos a atingir os 44% da totalidade dos domínios registados na internet e um crescimento de 3,9% em 2017.

CENTR TLD Market Report Q4



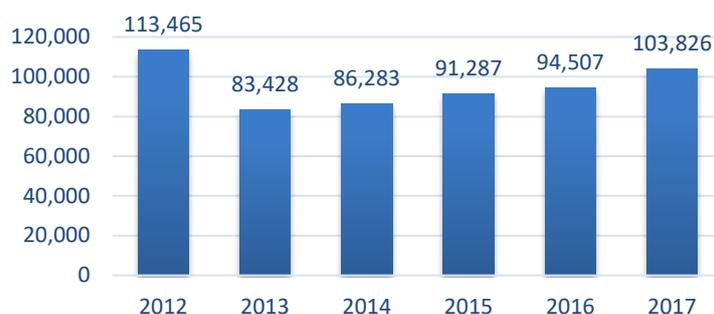
Na Europa a quota de mercado dos ccTLDs é mais expressiva atingindo os 59%, com uma residual taxa de penetração dos novos gTLDs mas, em contrapartida, com predominância no registo em .com, o qual mantém, em 2017, um crescimento consistente muito expressivo.

Após um período longo de desaceleração, os ccTLDs europeus registam, em 2017, um crescimento médio de cerca de 4%, com Portugal a posicionar-se entre os top 5 registries europeus que mais cresce.

1.2 Enquadramento Nacional

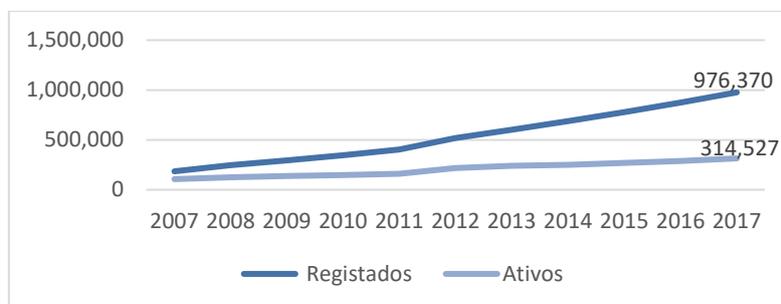
Superando o resultado muito positivo de anos anteriores, 2017 apresenta-se como o segundo melhor ano de sempre no registo de domínios sob .PT, com 103.826 novos nomes, só ultrapassado pelo ano da liberalização ocorrida em 2012. Aproximando-se a passos largos de 1 milhão de registos, o .PT atinge, em 2017, os 976.370 domínio registados e um crescimento global de 12% face ao ano anterior.

Evolução do registo de novos nomes/ano



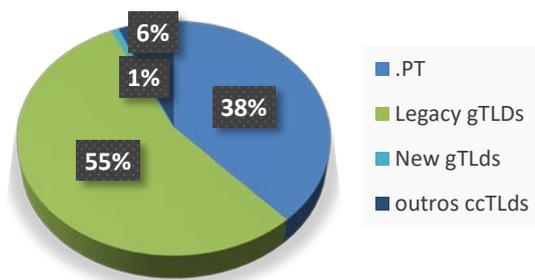
Apesar do forte crescimento registado pelo .PT nos últimos anos, que tem merecido consecutivas referências nas publicações trimestrais do CENTR – Council of European National Top Level Domain Registries, e que contraria a tendência de crescimento mais moderada registada nos congéneres europeus, há que referir que apenas 32% dos domínios registados se encontram efetivamente ativos na zona .PT e geram receita, ou seja, 314.527 nomes.

Domínios registados vs ativos

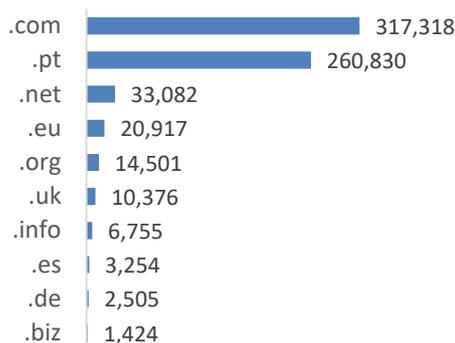


Os números comprovam a crescente preferência dos consumidores e empresas na escolha do .PT para a sua presença na internet. Esta tendência que resulta, por um lado, da estratégia de posicionamento e comunicação promovida pela Associação desde a sua constituição, mas também de um maior enfoque na inovação, desenvolvimento tecnológico e consciencialização das empresas portuguesas para o potencial da presença online, tem permitido afirmar a quota de mercado do domínio de topo de Portugal, quando comparado com outros TLDs disponíveis no contexto nacional a qual, segundo informação disponibilizada pelo CENTR a janeiro de 2018, se situa nos 38%.

market share em Portugal - jan 2018



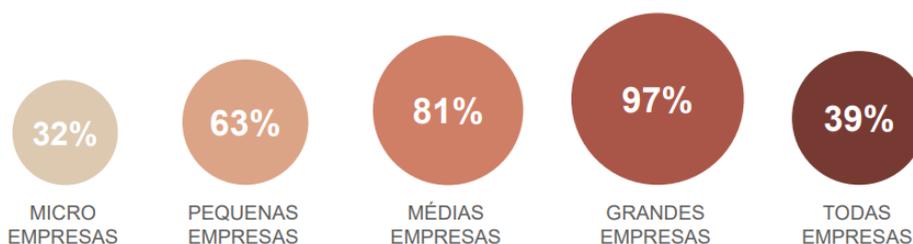
ranking TLDs em Portugal



Não obstante a evolução muito positiva alcançada nos últimos anos, há ainda um elevado potencial e grande capacidade de crescimento da presença online das empresas portuguesas que é também corroborado pelos resultados obtidos na edição de 2017 do estudo sobre a Economia Digital em Portugal, promovido pela ACEPI, com o apoio do .PT, que conclui que apenas 33% da população portuguesa compra online e 39% das empresas portuguesas tem presença na internet.

Estudo Economia Digital 2017

EMPRESAS PORTUGUESAS COM PRESENÇA NA INTERNET 2016

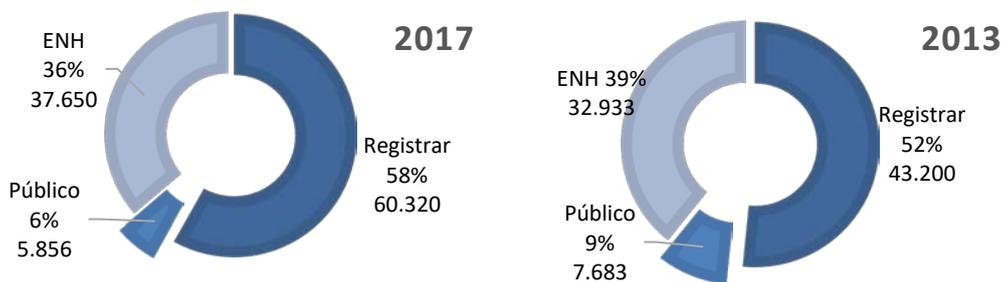


1.3 Origem do registo de novos domínios .PT:

Mantém-se, à semelhança de anos anteriores, a preferência dos utilizadores pelo registo através de *registrars*. Em 2017, estas entidades foram responsáveis pelo registo de 58% de novos nomes sob .PT, o que representa com um crescimento de 11% face a 2016. Se excluirmos os domínios registados no contexto da iniciativa “Empresa na Hora” (ENH), os *registrars* são responsáveis pelo registo de 91% de novos nomes no ano em análise.

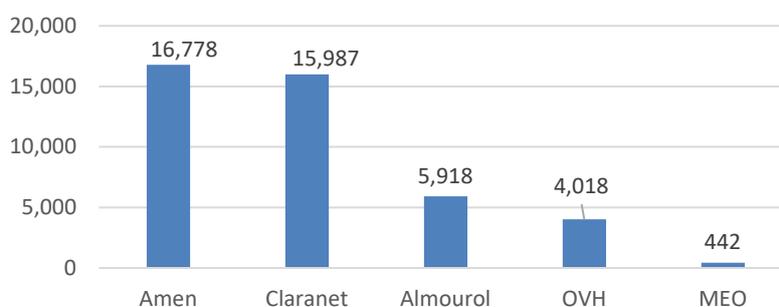
A evolução do registo permite-nos concluir que os *registrars* têm ganho progressivamente quota de mercado, sendo que a ENH continua a ser uma fonte significativa de novos registos. Esta distribuição determina também a evolução da receita considerando as específicas condições de comerciais aplicáveis em função da entidade gestora.

Origem do registo de novos nomes 2013 –2017



Refira-se que dos 60.320 novos nomes registados via registrar, 72% foram submetidos pelos 5 maiores registrars, ou seja, 43.143 nomes, como abaixo se ilustra.

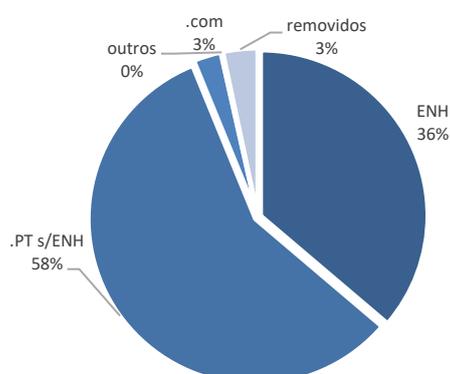
Registo de novos nomes - top 5 registrars de .PT



1.4 Iniciativa Empresa na Hora e 3em1.PT

À semelhança de anos anteriores, o registo de nomes de domínio oferecido no contexto da ENH a todas as empresas, associações e sucursais criadas do âmbito desta iniciativa, a que o .PT se associa desde 2005, continua a apresentar-se como uma fonte significativa de novos registos, representando 36% do total domínios registados em 2017, ou seja, 37.650 novos nomes sob .PT, com um crescimento de 10% face ao ano anterior e uma média de 3.138 novos nomes/mês.

% registos por hierarquia

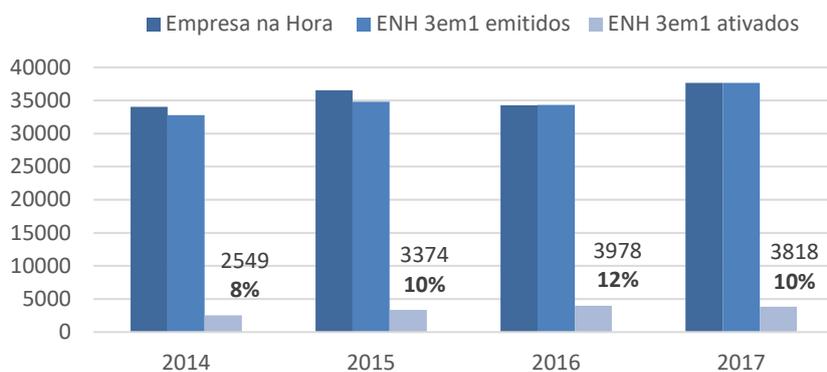


Não resulta do registo ENH qualquer contrapartida financeira, uma vez que no primeiro ano o domínio é gratuito, verificando-se que, findo o ano da oferta, a intenção de renovação para períodos subsequentes é ainda pouco expressiva, situando-se nos 26%.

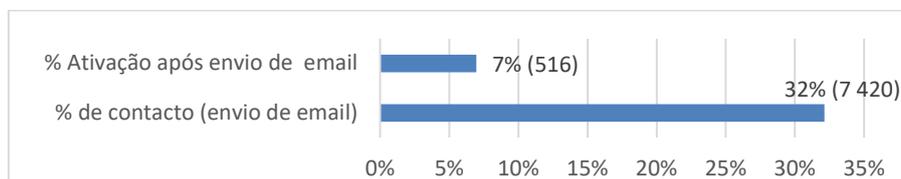
Com o objetivo de dinamizar o registo ENH e sob o compromisso de estimular e promover a efetiva presença na internet de pequenas e médias empresas, o .PT alargou a sua oferta e, com o apoio de 11 registrars aderentes, oferece desde 2013, a todas as “Empresas na Hora” um serviço “3em1”, um pacote de serviços gratuitos que, para além do nome de domínio sob .PT, inclui uma ferramenta para desenvolvimento de um site, o respetivo alojamento técnico e caixas de correio eletrónico.

Promovendo a comunicação desta oferta, foi mantida, em 2017, a campanha *outbound* via *callcenter*, com o objetivo de dar a conhecer as vantagens do 3em1 e incentivar a sua efetiva ativação e utilização. Não obstante recursos técnicos e humanos associados à promoção desta iniciativa, o resultado tem ficado muito aquém do esperado, fixando-se a taxa global de adesão nos 10%. Atentos os resultados alcançados, perspectiva-se a descontinuação desta campanha *outbound* em 2018 e o reposicionamento da estratégia a prosseguir nos próximos anos para o 3em1.

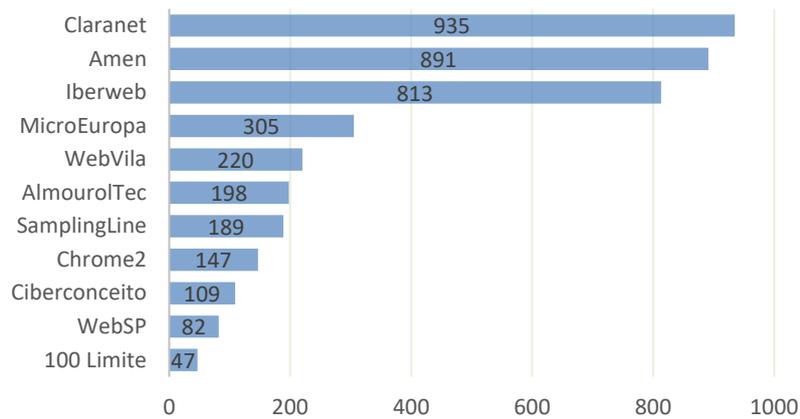
Evolução da adesão 3em1



Eficácia da campanha outbound 3em1



2017 Ranking ativações 3em1 por registrar aderente



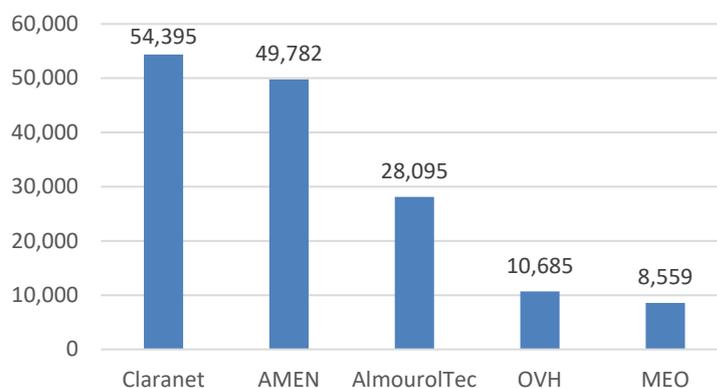
1.5 Análise da gestão global de domínios na zona .PT

A 31 de dezembro, eram 314.527 os nomes efetivamente ativos sob .PT, deste universo 77% são geridos por entidades registrar que, à semelhança do que sucede com os novos registos, têm ganho progressivamente quota de mercado na gestão de nomes.



Refira-se que do universo de nomes gerido por registrars, 48% são geridos pelos 5 maiores registrars, como abaixo se ilustra.

Total de domínios geridos pelos top 5 registrars de .PT

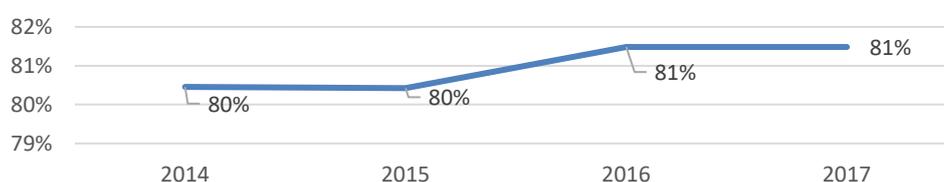


1.6 Renovações e manutenção de nomes

A par do registo de novos domínios, a retenção e renovação de nomes, findo o período da sua vigência, é um tema igualmente relevante na gestão dos ccTLDs europeus que ganha especial acuidade enquanto fator de sustentabilidade a médio prazo e em resposta a um crescimento de novos domínios que, globalmente, tem vindo a desacelerar nos últimos anos.

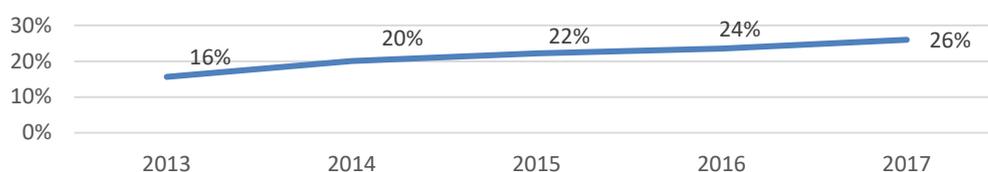
No ccTLD de .PT, segregando, em apreciação autónoma, as renovações resultantes da habitual gestão de domínios e as resultantes da iniciativa “Empresa na Hora”, a taxa de renovação mantém-se nos 81%, em linha com a taxa média de retenção de nomes registada nos ccTLDs europeus que atinge 82%, segundo dados disponibilizados pelo CENTR, na publicação de resultados do 4.º trimestre de 2017.

Evolução da taxa de renovação de nomes em .PT



Já a renovação de nomes de domínio ENH mantém valores menos expressivos, ainda que venha a registar uma progressiva evolução, situando-se em 2017 nos 26%.

Evolução da taxa de renovação ENH

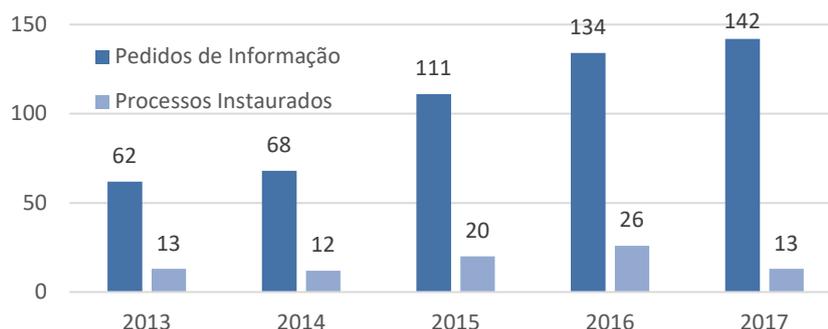


1.7 Arbitragem e despacho técnico - jurídico

Garantindo-se uma política de resolução extrajudicial de conflitos em matéria de nomes de domínio com recurso ao ARBITRARE – Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio e Firms e Denominações, a conflitualidade em .PT apresenta valores residuais, à semelhança de anos anteriores, com 13 processos instaurados em 2017, verificando-se uma diminuição da conflitualidade registada, não obstante o aumento de pedidos de informação dirigidos àquele centro de arbitragem.

Em 2017 foram concluídos 9 processos, tendo sido proferidas 2 decisões arbitrais que conduziram à remoção do nome de domínio objeto da ação, sendo que os restantes processos foram arquivados por desistência das partes ou por falta de condições de arbitrariedade.

Resolução Alternativa de Litígios 2017 – Arbitrare



No âmbito da gestão jurídica interna, a resposta qualificada a pedidos de informação, reclamações e pareceres dirigidos ao DNS.PT regista igualmente valores pouco expressivos, com uma diminuição do número de pareceres jurídicos emitidos e reclamações rececionadas. O tempo médio de resposta a reclamações e a pareceres foi de 1 dia.

Evolução do Despacho Jurídico

Anual	2016	2017	Evolução
Ações contra o DNS.PT	1	0	-100%
Reclamações Jurídicas	6	4	-33%
Pareceres Jurídicos	129	101	-22%
Penhoras	7	10	43%
Denúncias	38	16	-58%
Total	181	131	-28%

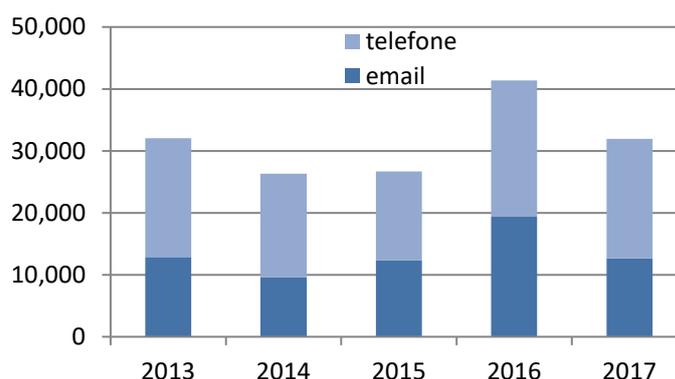
1.8 Relação com clientes e parceiros Público

A relação com a comunidade de utilizadores e clientes diretos do .PT foi assegurada através da parceria com o *call center* da Reditus, sendo orientada a uma atuação de elevado desempenho e qualidade que assegura, 7 dias por semana, das 08h às 20h, a rápida e eficaz resolução das solicitações rececionadas via linha azul e email request@dns.pt.

Depois de um ano de 2016 marcado pelo número muito significativo de comunicações rececionadas, associado ao projeto de Data Quality, que teve como propósito a promoção da qualidade da informação do registo e gestão de nomes de domínio, 2017 regista o natural decréscimo de 20% das comunicações rececionadas, com o contacto ao fim de semana a ser continuamente valorizado, registando um total de 1.565 comunicações, o que representa um crescimento de 18% em relação a igual período homólogo.

Em 2017 foram rececionadas 31.936 comunicações, 60% das quais via linha azul 808, o que representa uma média de 2.661 pedidos/mês.

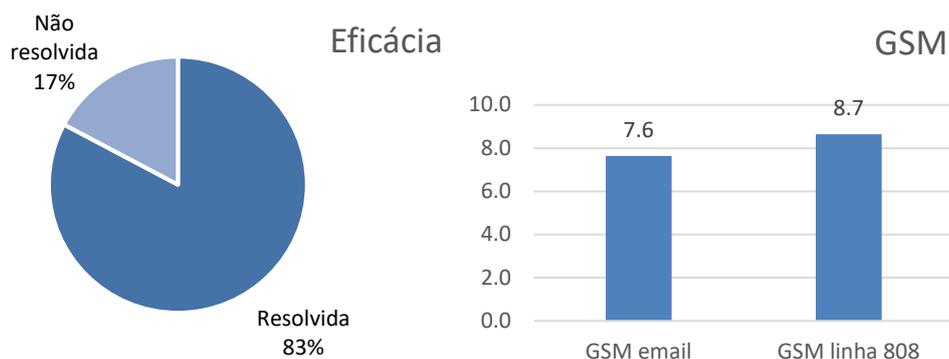
Evolução das comunicações recebidas



O .PT assegura práticas de monitorização contínua que visam garantir os níveis de serviço acordados na comunicação direta com os utilizadores. Em 2017, a relação contratual com o call center foi renovada e fortalecida. Mantendo-se uma gestão de proximidade, foram alinhados os SLA's tendo por referência o nível de maturidade já alcançado e incorporados os novos requisitos decorrentes do novo quadro regulamentar em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente no que diz respeito à confidencialidade, privacidade e segurança da informação.

Indicadores de performance	2016	2017
Nível de Qualidade do <i>Inbound</i>	96,1%	95,7%
Tempo médio espera chamadas atendidas	00:00:12	00:00:09
Tempo Médio de duração da chamada (TMC)	00:03:58	00:03:41
Tempo máximo de chamada em espera (TMAX Espera)	00:09:51	00:08:55
% de chamadas perdidas ≤ 2,5%	2,5% (530)	2,1% (415)
Taxa de chamadas com recurso ao DNS ≤ 2%	1,6% (337)	1,6% (312)
Resposta a <i>emails</i> no prazo máximo de 1 horas	01:13:19	00:48:16
<i>emails</i> processados com recurso ao DNS ≤ 5%	4,5 (803)	4,6 (590)
N.º domínios alterados via callcenter	2.569	2.278
82% dos utilizadores devem considerar resolvida a questão que os levou ao contacto	82,6%	82,8%

Mantiveram-se ainda as metodologias de avaliação contínua do apoio a cliente via email e linha que, através de um sistema de avaliação automático de base simplificada que permite, com duas perguntas, medir em tempo real a eficácia da resposta prestada ao cliente - First call resolution (FCR) – e a satisfação do cliente com o apoio prestado nesse contacto – Net promoter Score (NPS). Esta abordagem tem permitido identificar pontos de melhoria no apoio a clientes e reduzir as rechamadas recebidas com vista à resolução do mesma questão, contribuindo para promover a satisfação com o serviço prestado, o qual regista uma evolução positiva face aos resultados alcançados em 2016.



Os custos globais associados à campanha DNS.PT (custos de operação e comunicações) atingiram os 101.571 €, o que representa um aumento global 3%, comparando com período homólogo de 2016, justificado pelo alargamento da campanha aos fins de semana e pela revisão do preço/hora operador associado à evolução do salário mínimo.

	2017	2016	variação 206-2017
Linha	89 586 €	84 140 €	6%
Comunicações	11 985 €	14 157 €	-15%
Total	101 571 €	98 298 €	3%

1.9 Registrars

Os registrars são entidades especializadas no registo e gestão de nomes de domínio que asseguram as formalidades administrativas e técnicas necessárias à concessão e manutenção de nomes nos diferentes TLDs, domínios de topo da internet.

A 31 de dezembro eram 98 as entidades registrars formalmente acreditadas para o registo e gestão de nomes sob .PT, das quais 59 eram entidades portuguesas e 39 entidades estrangeiras, o que representa uma perda de 35% de registrars quando comparando com período homólogo de 2016. Esta variação resultou do processo de avaliação das condições de manutenção do estatuto registrar atentas as exigências e responsabilidades de um novo modelo que se preconiza para o registo em .PT, que incorpora já os desafios do novo quadro legal relativo à proteção de dados pessoais, e que determinou a retirada de 49 estatutos.

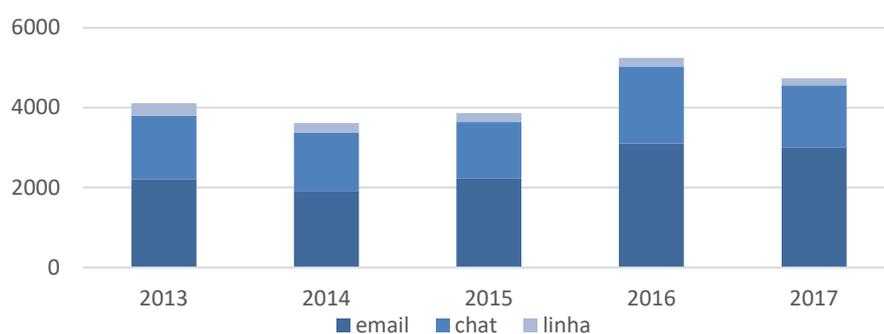
No âmbito da gestão da relação com registrar, outras 4 entidades deixaram de reunir as condições de manutenção do estatuto por incumprimento ou transferência de gestão de domínios entre entidades, em sequência de processos de fusão ou parceria, a saber:

- CSC Digital Brand Services Spain SL - transferência de gestão de domínios;
- Ag3net - Prestação de Serviços na Internet Lda - transferência de gestão domínios
- Luso Digital LLC - incumprimento
- Jesus & Pinto Lda - incumprimento

Alguns números

- 98 entidades registrars de .PT
- 4.737 comunicações rececionadas nos canais de comunicação registrars (telefone, email e chat)
- Decréscimo de 10% das comunicações recebidas
- 5.500 pedidos de alteração

Evolução das comunicações via registrar



Gestão da conta corrente registrar

O registo e renovação de domínios do público em geral é efetivado mediante confirmação de pagamento, o qual gera automaticamente a emissão de fatura, pelo que não existem valores em dívida. Apenas as entidades registrars possuem regras de faturação diferenciadas, com opção de faturação mensal ou trianual, a qual inclui os domínios registados e renovados nesse período. Em 2017, o valor global de faturação registrar, sem especialização, foi de € 2.345.659.

A 31 de dezembro, o valor em dívida de registrars era de € 225.043, constatando-se que 99% da dos saldos apresentam uma antiguidade inferior a 60 dias, decorrentes da faturação trimestral a registrars ocorrida em novembro, valores que serão regularizados até à próxima faturação, garantindo a aplicação de descontos.

O único processo de contencioso pendente em 2017, relativo à entidade Jesus e Pinto Lda, no valor de € 1.697, veio a ser arquivado por desistência do DNS.PT perante a inexistência de saldos a penhorar.

Resumo da antiguidade de saldos a 31 dez

	<i>Uni. Eur.</i>				
	>90 dias	60 a 90 dias	30 a 60 dias	Não vencidos	TOTAL
Valores em dívida	0 €	111 €	189 602 €	35 330 €	225 043 €

2. Projetos Transversais

2.1 Novo modelo de registo em .PT: modelo Registrar

A definição de um novo modelo de registo no .PT capaz de afirmar plenamente a natureza de *registry* nacional da Associação DNS.PT e que, sustentado no reforço e valorização da relação com *registrars* seja potenciador do crescimento contínuo do registo e promotor de uma maior qualidade, estabilidade e correta utilização técnica, jurídica e administrativa de nomes de domínio sob .PT foi um processo conduzido ao longo de todo o ano de 2017 que, através de uma abordagem aberta e participativa de todos os interessados, conheceu várias fases que sucintamente se apresentam:

- Segregação de Registrars – 20 de fevereiro a 31 de março - As exigências e responsabilidades decorrentes do novo modelo impuseram a reavaliação da manutenção do estatuto registrar para as entidades que não evidenciaram garantir os pressupostos que estiveram na origem da sua atribuição, culminando na retirada de 49 estatutos;
- CENTR – Council European National Top-Level Domain Registries - survey 2 a 17 março - recolha de contributos dos congéneres europeus sobre o posicionamento, principais linhas orientadoras e experiência na adoção e operação de um modelo de gestão “registrar”,
- Preparação de um dossier sobre a Adoção do Modelo de Registo “Registrar” no .PT, incluindo estado da arte dos congéneres europeus; estudo de impacto financeiro e definição das principais linhas orientadoras: Modelo, Preços e Legado;
- Parecer e orientações dos Associados sobre a adoção do novo modelo de registo no .PT;
- Apresentação do novo modelo de registo no .PT no Conselho Consultivo – 30 junho;
- Consulta a Registrars - 26 de julho a 15 de setembro;
- Análise de contributos recolhidos na consulta a registrars, discussão e preparação de proposta final;
- Análise e emissão de parecer do Conselho Consultivo do DNS.PT – 20 de novembro.

Ouvindo o Conselho Consultivo, e não tendo sido possível obter consenso bastante sobre a data de entrada em vigor do modelo proposto, foram considerados os contributos apresentados, adiando-se a sua concretização para 2018.

2.2 Novo quadro legal em matéria de proteção de dados pessoais

Acompanhando a reforma geral das regras de proteção de dados pessoais em curso na União Europeia, consubstanciada, nomeadamente, na adoção do REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, o DNS.PT encetou o processo de implementação dos requisitos de conformidade com o novo quadro legal a fim de garantir a efetiva proteção dos direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares no que respeita ao tratamento de dados pessoais no âmbito da atividade prosseguida pela Associação DNS.PT.

A garantia da conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD) é um trabalho em progresso, que envolve toda a Equipa do .PT, tendo sido possível em 2017 concretizar um conjunto de ações relevantes, destacando-se:

- Elaboração do caderno de encargos e lançado convite a três entidades (S21Sec Portugal, Layer8 e Everis Portugal SA) com vista à aquisição de serviços em Segurança da Informação, Risco e Compliance incluindo apoio à implementação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- Apreciação de propostas e seleção de parceiro, de acordo com critérios definidos,
- Kickoff do projeto de compliance – 5 de junho;
- Elaboração do Gap Analysis, listando-se os requisitos determinados pelo RGPD que exigem implementação e identificação do o nível de compliance da organização face aos mesmos;
- Identificação e caracterização dos dados de pessoas singulares existentes em toda a infraestruturas tecnológicas, sistemas e aplicações de suporte ao negócio;
- Identificação de políticas e procedimentos internos relevantes;
- Elaboração de plano de ações que pretende mitigar os gaps previamente identificados, através da aplicação de um conjunto de medidas exigentes e multidisciplinares;
- Definição da framework de Privacy Impact Assessment (PIA) para a gestão de riscos de privacidade dos titulares de dados;
- Avaliação de impacto sobre o sistema de registo de domínios atualmente em funcionamento, e que consubstancia a principal base de dados de negócio;
- Atenta renovação da relação contratual com o Contact Center, foi garantida a revisão e atualização do clausulado de acordo com as novas obrigações e exigências legislativas aplicáveis;
- Sensibilização e formação dos colaboradores no âmbito do RGPD.

3. Recursos Humanos

Concretizando o compromisso estabelecido de uma atuação mais transparente e potenciadora da participação e valorização da Equipa do .PT foram definidos, para 2017, eixos de atuação essenciais destinados a reforçar uma relação baseada em confiança e respeito pelas nossas pessoas e que agora cumpre apresentar:

Gestão de Desempenho:

Concluído em fevereiro, o processo de gestão de desempenho, que integra as dimensões estratégica, operacional, funcional e comportamental, foi conduzido em duas fases: avaliação dos resultados alcançados em 2016 e definição de objetivos para 2017.

Numa primeira fase, cumprindo a metodologia definida, foram avaliados 13 colaboradores, apurando-se uma média global de avaliação de desempenho de 5,11 (numa escala de 1 a 7) o que representa uma ligeira evolução positiva, de 1 p.p., quando comparado com o ano de 2016. Deste processo resultou a atribuição de prémios de desempenho no valor global de € 6.667.

Em consonância com a estratégia definida para 2017, através do envolvimento e participação de toda a Equipa, foram ainda estabelecidos os objetivos e iniciativas a prosseguir tendo por referência as dimensões de desempenho individual, coletivo e organizacional.

Comunicação e transparência no acesso e partilha de informação

Uma Equipa comprometida, focada e motivada pressupõe uma gestão de recursos humanos orientada à transparência na comunicação e no acesso a informação. Neste contexto, foi garantida em 2017 a revisão, divulgação e publicação dos principais instrumentos de gestão materializados em políticas e manuais de: Colaborador; Competências; Gestão de Desempenho, Remunerações e Benefícios.

Simplificação e desmaterialização de processos

Segundo uma atuação orientada à simplificação e eficiência de processos, valorizando as potencialidades do novo sistema *Enterprise Resource Planning* – ERP, que entrou em produção em 2017, e que integra a componente de Recursos Humanos, foi possível desmaterializar e otimizar processos através do alinhamento do sistema às exigências da organização, neste contexto foram:

- Definidos automatismos de monitorização e alerta que permitiram a eliminação de controlos manuais, nomeadamente associados à gestão de contratos (renovação e término), às obrigações decorrentes da Saúde, Segurança e Higiene no Trabalho – SSHT, agenda e aniversários.
- Centralização e desmaterialização do cadastro do colaborador, que passa a incluir, para além de dados de processamento, os documentos relevantes na relação contratual: contrato, certificado de habilitações, certificados de formação e gestão de desempenho.

Inovação e formação contínua

Manteve-se, em 2017, o apoio ao desenvolvimento de programas de estudo tecnológicos e trabalhos inovadores ao nível do DNS em estreita cooperação com universidades nacionais de referência nesta área. Neste contexto, e pelo terceiro ano consecutivo, foram acolhidos e orientados dois estágios de mestrado sob os temas da “Gestão de Risco” e “Response Rate Limiting no serviço DNS do .PT”. Estes estágios com duração de 9 meses, cuja defesa de dissertação está calendarizada para 2018, contribuem para qualificação e integração empresarial de alunos e constituem também uma oportunidade de promover a inovação e investigação no DNS.PT.

Renovando-se o compromisso de patrocínio do Programa de Estágio no .PT, foram já apresentadas, no último quadrimestre de 2017, duas novas propostas trabalho a desenvolver em 2018 sobre os temas de “Comportamento de Servidores de DNS Recursivos” e “Gestão de Risco: Segurança e Privacidade”.

A par da inovação e investigação, é compromisso do .PT promover a atualização e aquisição de novos conhecimentos e a consolidação de competências dos seus colaboradores, enquanto fatores diferenciadores no desenvolvimento individual e da equipa, que contribuem para o contínuo alinhamento com os projetos e objetivos definidos. Inscrito no Plano de Atividade e Orçamento de 2017, foram propostas no plano de formação 11 ações e um total de 793 horas, o que equivale a um orçamento global de €22.322 distribuídos pelas diferentes Direções.

Efetivamente executadas temos um total de 603 horas de formação, apurando-se e uma execução de €12.632 com a seguinte afetação:

Execução do plano de formação 2018

Área	Realizado 1 jan - 31 dez	Previsto 1 jan - 31 dez	Desvios
------	--------------------------	-------------------------	---------

	Horas	Valor [€]	Horas	Valor [€]	Horas	Valor [€]
DGA	334,30	8 623,56	688,00	16 653,00	-353,70	-8 029,44(1)
DIS	63,00	1 382,11	70,00	3 000,00	-7,00	-1 617,89
ACRI	206,00	2 626,56	35,00	2 669,15	171,00	-42,59
TOTAL	603,30(2)	12 632,23	793	22 322,15	-189,7	-9 689,92

(1) Duas das ações planeadas foram adiadas, uma pela entidade formadora por falta de quórum e outra pela direção

(2) Das 603 horas de formação, 47 horas (3 ações) não tiveram custos associados.

Obrigações legais

Os temas da segurança e qualidade das condições de trabalho são continuamente desenvolvidos no .PT sob uma perspetiva transversal, envolvendo todos os colaboradores e que resulta, não só no cumprimento daquelas que são as obrigações decorrentes da lei sobre esta matéria, mas também no desenvolvimento de metodologias internas que promovem o acesso à informação e formação, à melhoria das condições ergonómicas e saúde dos colaboradores.

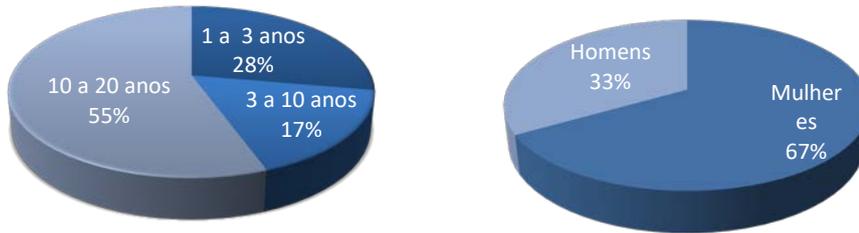
Neste contexto, em 2017 destacam-se as seguintes iniciativas:

- Auditoria anual de segurança e saúde no trabalho, garantindo-se a avaliação independente e levantamento das condições de trabalho, incluindo análise ergonómica do posto de trabalho e monitorização da implementação de controlos decorrentes das avaliações de risco. Evidenciada a correção das constatações identificadas em 2016, não foram identificadas não conformidade em 2017.
- Verificação técnica das condições de resposta a situações de emergência, incluindo equipamentos, registos e procedimentos. Tendo-se identificado a necessidade de realizar formação específica em matéria de segurança contra incêndios para 3 colaboradores, foi a mesma concretizada em junho.
- Avaliação da satisfação e conhecimento dos temas de segurança e qualidade das condições de trabalho, através da realização de questionário disponibilizado a todos os colaboradores. O resultado alcançado evidencia a valorização das práticas implementadas e a melhoria significativa do conhecimento destas matérias. Foi ainda possível identificar pontos de melhoria e medidas de prevenção a concretizar, os quais serão incorporados no plano de ações de 2018.

A Equipa

- 18 Colaboradores;
- 15 contratos sem termo e 3 contratos a termo certo;
- A média de idades situa-se nos 37 anos;
- A média de antiguidade atinge os 10 anos;
- 83% dos colaboradores com licenciatura.

Distribuição por antiguidade e sexo



Alterações na Equipa

- A Equipa do .PT é reforçada com dois novos colaboradores, 1 administrador de sistemas e 1 técnico financeiro;
- No último quadrimestre, registou-se a saída de 1 colaborador com perfil de jurista (cessação de contrato a termo por iniciativa do colaborador). Mantendo-se a necessidade deste recurso foi encetado um processo de recrutamento, com vista ao reforço da Direção Jurídica e relações Exteriores já em 2018.

4. Qualidade, Segurança & Continuidade

Cientes das específicas necessidades e funções essenciais da gestão de um ccTLD, prosseguimos, em 2017, uma atuação fortemente comprometida com a Qualidade e Segurança na gestão do .PT segundo uma abordagem transversal a toda a organização e que, de acordo com a estratégia definida, incorpora o alinhamento contínuo com as melhores práticas e padrões internacionalmente reconhecidos e aceites nestas áreas, a gestão da continuidade do .PT, o reforço da comunicação com as partes interessadas, *compliance* e a melhoria contínua.

Foi neste contexto que pautámos a nossa atuação em 2017, e que apresentamos as principais concretizações.

Novo repositório e reformulação da arquitetura de processos do .PT

Em 2017 foi implementado, em ambiente seguro, uma nova solução open-source de arquitetura empresarial que, mantendo uma notação BPMN, permitiu tornar autónoma, mais ágil e eficiente a gestão de processos no .PT e, simultaneamente, promover a facilidade de acesso aos temas da segurança e qualidade dentro da Equipa, os quais estão hoje disponíveis em formato web.

Na oportunidade, e impulsionada pela implementação desta nova solução, foi garantida a revisão da arquitetura de processos da organização e a publicação de informação relevante neste repositório centralizado.

Auditoria integrada de renovação das Certificações ISO 9001:2008 e ISO 27001:2013.

Sustentado num modelo integrado de Qualidade e Segurança, garantindo a observância de requisitos e uma estrutura matricial comum dos normativos ISO 9001 e 27001 e promovendo uma gestão baseada no risco evidenciamos, nas auditorias realizadas em 2017, a maturidade, conformidade e robustez do modelo implementado no .PT que comprova o compromisso em garantir o alinhamento com as melhores práticas nestas matérias e assegura um serviço com elevados padrões de qualidade, segurança e fiabilidade os quais vieram, mais uma vez, a ser reconhecidos através da renovação das certificações ISO 9001 e 27001.

As constatações e oportunidade identificadas, em sede de auditoria, foram incorporadas no plano de ações e melhoria do sistema de gestão, as quais foram e materializadas durante o ano de 2017.

Sensibilização

As nossas pessoas são o elemento decisivo para concretização da estratégia de Qualidade e Segurança definida para a gestão do .PT, pelo que, em 2017, apostámos na sensibilização e formação interna. Foram conduzidas 3 ações (*awareness*) sobre temas atuais e relevantes para a gestão das nossas pessoas e que promovem uma efetiva cultura de segurança e proteção, a saber: gestão de risco, *ransomware* e *phishing*.

Estes temas foram ministrados, pela sua acuidade e atualidade, atendendo à tipologia e impacto dos ataques perpetrados em 2017, com o objetivo de informar e promover comportamentos seguros a nível individual e organizacional, preparando, simultaneamente, os colaboradores para a resposta adequada à gestão destes incidentes.

Definição e testes dos planos setoriais de Continuidade de Negócio

Para além do enfoque numa atuação preventiva baseada no risco, sustentada na adoção de práticas e metodologias capazes de identificar, gerir e mitigar os riscos da organização, mantivemos o compromisso, iniciado em 2015, da gestão de continuidade de negócio no .PT. Neste contexto, foram desenvolvidas duas grandes linhas de atuação:

- Reformulação da abordagem do Plano e Continuidade de Negócio (PCN): promovendo-se uma maior simplificação da sua estrutura, permitindo uma utilização mais ágil e eficiente do seu conteúdo e incorporando no seu âmbito as medidas de autoproteção, a gestão de crise e comunicação, continuidade operacional e recuperação de desastre.
- Identificação e desenvolvimento de planos específicos de contingência sectoriais considerados críticos para o desempenho das atribuições do .PT: Perda de *Datacenter*; Perda de Sede; Perda de Colaboradores e Perda de *Call Center*.

Refira-se que ficaram por concretizar os testes aos planos de contingência sectoriais, os quais estão já calendarizados para 2018, mantendo-se o compromisso de consolidar a gestão da continuidade do .PT com enfoque na adequada resposta às diferentes dimensões críticas que integram o registo e gestão de nomes em .PT.

Constituição do DNSPT-CSIRT e integração na Rede Nacional de Cooperação de Incidentes de Segurança (RNCSIRT's)

Alcançada a maturidade da resposta a incidentes de segurança através da consolidação de procedimentos internos e da definição de canais fechados e públicos de comunicação de incidentes, foi formalizada, de acordo com o RFC2530, a constituição DNSPT-CSIRT, um serviço de resposta a incidentes de segurança do DNS.PT, cuja missão consiste em contribuir para o uso mais seguro e confiável da internet sob .PT através da coordenação e cooperação na resposta a incidentes de segurança, na sensibilização e promoção de uma cultura de segurança na sua comunidade de clientes e *registrars*, e cuja informação poderá ser encontrada em <http://www.dns.pt/pt/dnspt-csirt/>.

Reunidas as condições para uma participação mais ativa e especializada nesta área e reconhecendo a relevância estratégica da cooperação e partilha de sinergias com todas as partes interessadas em matéria de resposta a incidentes de segurança, o DNSPT-CSIRT endereçou pedido de adesão à rede Nacional de CSIRT's (RNCSIRT's), integrando aquela comunidade em 26 de maio de 2017.

A RNCSIRT's é um fórum privilegiado de cooperação e assistência mútua no tratamento de incidentes e partilha de boas práticas de segurança que tem contribuído para um maior conhecimento e envolvimento, em tempo real, em matéria de ataques perpetrados e vulnerabilidade detetadas. A experiência muito positiva desta dinâmica de cooperação, levam a equacionar a possibilidade de integrar, no futuro, o DNSPT-CSIRT em redes internacionais de cooperação como a *Trusted Introducer* e o FIRST.

Estabelecer rede de cooperação para as questões de segurança com Registrars

Com um plano de atividades ambicioso nos domínios da Qualidade e Segurança, não foi possível estabelecer, em 2017, uma rede formal de cooperação para as questões de segurança com os *registrars* de .PT, parceiros estratégicos no registo e gestão de nomes.

Não obstante, foram mantidos os canais específicos de comunicação com *registrars* que podem ser utilizados em matéria de segurança e concretizadas iniciativas relevantes que contribuem para a efetiva materialização em 2018 de uma rede de cooperação, nomeadamente a inclusão dos das matérias de segurança e qualidade no futuro protocolo registry-registrar que se encontra em elaboração, o qual contempla já a definição de pontos de contacto específicos para estas matérias.

Consultoria e Estratégia em Segurança da Informação, Risco e Compliance

A crescente ameaça e sofisticação dos ataques cibernéticos exigem a contínua atualização e implementação das melhores práticas e soluções que incrementem os níveis de segurança, disponibilidade e integridade da infraestrutura e dados do .PT e promovam uma gestão mais eficaz dos incidentes de segurança da informação. Foi sob este enquadramento, elaborado caderno de encargos e lançado convite a três entidades (S21Sec Portugal, Layer8 e Everis Portugal SA) com vista à aquisição de serviços em Segurança da Informação, Risco e Compliance nas vertentes de: Auditoria de Segurança (testes de intrusão infraestrutura, aplicações e rede corporativa); desenho de componente SIEM e suporte à implementação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados.

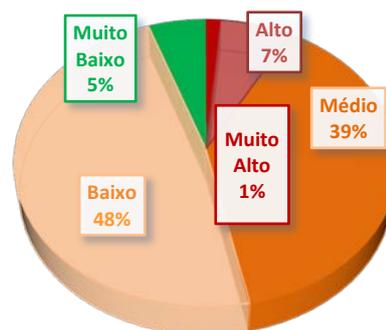
Apreciadas as propostas apresentadas e tendo por referências a qualidade técnica evidenciada, experiência e os critérios previamente definidos, foram os serviços adjudicados à S21Sec Portugal).

Auditoria de Segurança - testes de intrusão infraestrutura, aplicações e rede corporativa

Iniciado um novo ciclo de auditorias de Segurança em 2017, foram conduzidos testes de intrusão à infraestrutura, aplicações e rede corporativa com o objetivo de avaliar a resiliência relativamente a ataques e a existência e adequação de controlos de deteção dos mesmos identificando, simultaneamente mecanismos de mitigação e melhoria para reduzir a exposição ao risco.

Globalmente, verificou-se uma melhoria significativa quando comparado com os resultados alcançados na auditoria realizada em 2015, denotando-se, para além, de uma expressiva redução do número de vulnerabilidades identificadas, a diminuição do impacto associado às mesmas.

Vulnerabilidades Detetadas	2015	2017	Comparativo
Muito Alto	25	1	-24
Alto	28	5	-23
Médio	31	29	-2
Baixo	15	36	+21
Muito Baixo	1	4	+3
Total	100	75	-25



Durante o ano de 2017 foi possível corrigir 96% das vulnerabilidades detetadas, ficando apenas pendente de resolução as atualizações de segurança por parte de fornecedores.

Desenho de componente de SIEM

Com o objetivo de melhorar e tornar mais eficiente e especializada da gestão e resposta a incidentes de segurança da informação no .PT, foi avaliada a maturidade do DNS.PT para a adoção de uma plataforma *Security Information and Event Management* (SIEM). O SIEM é um repositório de eventos de segurança que realiza a análise e correlação de eventos, permitindo detetar padrões de comportamentos anómalos que permitam assim ao DNS.PT uma visão em tempo real do que se passa na sua rede.

Neste contexto, destacam-se, em 2017, as seguintes concretizações:

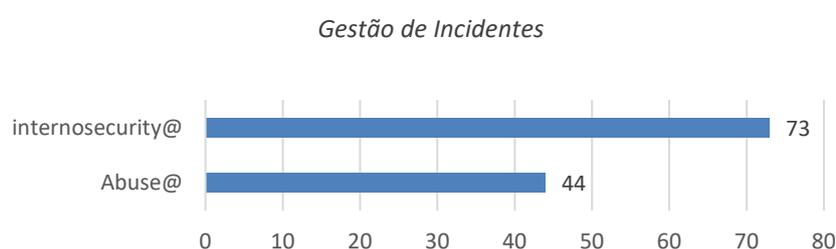
- Avaliação da arquitetura atual da infraestrutura técnica do .PT, através da análise dos diagramas de rede. Da análise efetuada identificaram-se as limitações à implementação de SIEM que deverão ser consideradas;
- Identificação de ativos e logs que se consideravam importantes para incluir na monitorização de segurança;
- Definição de casos de uso, permitindo a identificação de logs a recolher e, consequentemente, dimensionar a solução preconizada;
- Identificação dos modelos operacionais comuns no mercado – avaliação dos processos, tecnologia e recursos humanos necessários.

No desenvolvimento do projeto foram identificadas limitações técnicas que deverão ser primeiramente apreciadas, nomeadamente a falta de fontes de informação fundamentais à produção de resultados fiáveis, as quais serão sanadas em 2018, permitindo prosseguir a implementação de solução SIEM no DNS.PT.

Gestão de Incidentes

Foi garantido e melhorada a deteção e resposta de incidentes de segurança no .PT, mantendo-se o suporte aos canais específicos internos e públicos de comunicação que permitem, simultaneamente, gerir incidentes que ocorram na infraestrutura, rede e sistemas internos do .PT e cooperar com clientes e parceiros na resolução de ocorrências que nos sejam reportadas. Para uma gestão mais eficiente destaca-se, em 2017, a introdução das seguintes melhoras: harmonização da taxonomia para a classificação de incidentes nos canais de específicos de comunicação e bloqueio de novas extensões utilizadas para propagação de *malware*.

Em 2017, registou-se um aumento do número de ocorrências reportadas, com especial incidência nos canais internos de comunicação associado, na sua maioria, a phishing e malware. Dos incidentes de segurança detetados, verificaram-se 2 com baixo impacto que afetaram a disponibilidade de serviços internos.



Satisfação de Clientes e Registrars

Em 2017, o .PT volta a juntar-se a Marktest para a 5.ª edição do estudo anual de satisfação de clientes e parceiros, que tem por objetivo avaliar o desempenho e posicionamento do .PT.

Neste contexto, entre 27 de novembro e 22 de dezembro de 2017, foram realizadas 1.151 entrevistas, sendo a margem de erro máxima, para um grau de confiança a 95%, de ± 2.89 p.p.

A avaliação realizada ao DNS.pt mantém valores muito positivos, tendo-se verificado uma melhoria em todos os indicadores, com a exceção da recordação de campanhas. No ano de 2017, a totalidade dos indicadores de avaliação obteve valores médios superiores aos registados no ano de 2016.

Destaca-se a “avaliação de aspetos relacionados com o contacto”, com um aumento significativo na satisfação média global (8,6), avaliada pelos Registrars em 9,3 valores e pelos Clientes em 8,0, sendo este o vetor com maior incremento de satisfação.

Continuam a ser os Registrars que melhor avaliam o .PT. O contacto continua a manifestar-se preferencialmente por email e o principal fator que justifica o contacto é o esclarecimento de dúvidas e/ou pedido de informação.

A título de curiosidade, apresentam-se alguns calores dos mais importantes, podendo ser encontrada informação mais detalhada em: <https://www.dns.pt/pt/downloads/>.



*Valores apresentados em índices

O estudo anual de satisfação configura uma oportunidade de excelência na coletânea de contributos para melhoria do serviço prestado. Em 2017 clientes e parceiros registram mais 400 ideias e pontos de melhoria, assumindo o .PT o compromisso da avaliação e concretização.

5. Gestão Financeira e Orçamental

2017 foi um ano de profunda reestruturação dos processos da gestão financeira impulsionada pela entrada em produção do novo Enterprise Resource Planning (ERP) que veio agregar, numa plataforma única e integrada, a atividade administrativa, comercial, contabilística e financeira da organização. A implementação e a consolidação deste novo sistema foi particularmente exigentes para a equipa financeira e impactantes na materialização dos objetivos traçados para esta área.

É, pois, neste contexto que se apresentam as principais iniciativas concretizadas em 2017 e a correspondente análise económica e financeira, incluindo análise evolutiva da estrutura de gastos, rendimentos, da situação patrimonial e da execução orçamental já suportadas pelo novo sistema.

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios e normas do normativo ENSL.

5.1 Execução Técnica

Encerramento de contas

Num contexto de especial complexidade, com dois sistemas financeiros a operar em paralelo (o descontinuado Sage X3 e o novo ERP Primavera) o processo de encerramento de contas de 2016 foi

concluído conforme planeado, tendo sido assegurados todos os procedimentos com vista ao encerramento do exercício dentro dos prazos definidos.

Entrada em produção do novo ERP

A 1 de Janeiro de 2017 entrou em produção o sistema de gestão ERP no DNS.PT, após período experimental de dois meses em integral operação paralela de sistemas (o antigo e o atual) com o objetivo de garantir adequabilidade e integridade dos processos e funcionalidades suportadas pelo sistema nas suas diferentes dimensões: administrativa, comercial, contabilística e financeira.

Este processo exigiu a elevada alocação de recursos das diferentes áreas da organização que, em colaboração com o parceiro de implementação, asseguraram, não só as condições para a sua entrada em produção, mas todas as correções e requisitos adicionais identificados, sem que se tenha verificado degradação ou indisponibilidade de serviços.

Harmonização e alinhamento de processos e metodologias

Concretizada a implementação do novo sistema de gestão, foi prosseguido o seu contínuo alinhamento à dinâmica e específicas necessidades da organização sob um modelo que se pretende mais simples, eficiente e rigoroso capaz de responder, transversalmente, às exigências de administração, processamento e disponibilização de informação administrativa, contabilística e financeira da Associação, destacando-se:

- Uma gestão orçamental mais rigorosa e atualizada, com a indexação de códigos de orçamento e reconhecimento automático de acréscimos e diferimento de gastos;
- Uma gestão mais eficaz dos contratos existentes;
- Conciliação automática das caixas de Multibanco, Paypal e Visa e melhoria do processo de reconciliação bancária;
- Processo de aprovação e processamento de pagamentos totalmente desmaterializado;
- O registo e gestão do imobilizado;
- Acesso e disponibilização de execução financeira periódica.

Reporting e análise financeira

Foi garantida a análise e *reporting* periódico da execução financeira da Associação, disponibilizando-se às diferentes Direções informação quadrimestral relevante da execução orçamental. Este processo suportado no novo ERP, permitiu identificar pontos de melhoria e consolidar a arquitetura e inter-relação de informação no sistema, permitindo uma maior robustez e automatização dos instrumentos de *reporting*.

Foi adiada a adoção de sumários mensais de execução pela necessária estabilização nos mecanismos de reporting, a qual será materializada em 2018.

Auditorias Financeiras

Mantendo a prática de anos anteriores, e garantindo a verificação e escrutínio externo e independente, o DNS.PT submeteu, periodicamente, as suas contas a auditorias financeiras externas. Num ano de profundas alterações, estes mecanismos assumiram especial relevância na garantia da adequabilidade e integridade da informação e das operações, contribuindo para um encerramento de contas de 2017 controlado e rigoroso.

Apoio transversal nos processos aquisitivos

Manteve-se o apoio especializado na contratação de bens e serviços inerentes à atividade das diferentes direções, assente na melhoria e automatização de processos, por via da implementação do novo sistema, com especial enfoque na gestão de contratos e pagamentos a fornecedores, através da definição de mecanismos de alerta e *reporting*, gestão automática de acréscimos e diferimentos de gastos em contratos com valor materialmente relevante e a implementação *workflows* de aprovação.

Elaborar, em articulação com as outras Direções, proposta de Orçamento 2017

Suportada numa nova arquitetura de dados definida no novo ERP, foi assegurada a elaboração da proposta de Orçamento para 2018 de uma forma mais articulada, com todas as Direções, assegurando os compromissos futuros já assumidos, bem como necessidades antecipadamente previstas.

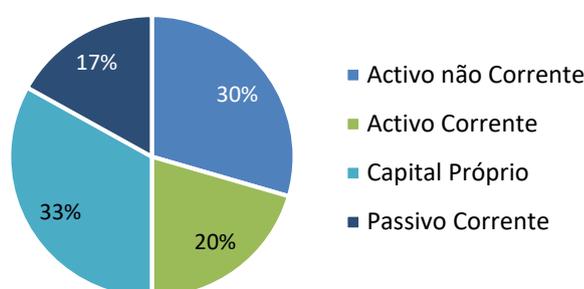
5.2 Execução Financeira

Para o período em análise, o resultado antes de imposto é de 622.080 €, sendo e a situação financeira da organização estável e equilibrada, conforme detalhe apresentado nos pontos seguintes.

Situação Patrimonial e Financeira

Em linha com anos anteriores, a situação financeira mantém-se estável e equilibrada, como se infere pela distribuição de rubricas do balanço apresentada no gráfico seguinte:

Resumo das principais rubricas do balanço



Nos pontos seguintes analisam-se algumas rubricas do Balanço.

Ativos não correntes

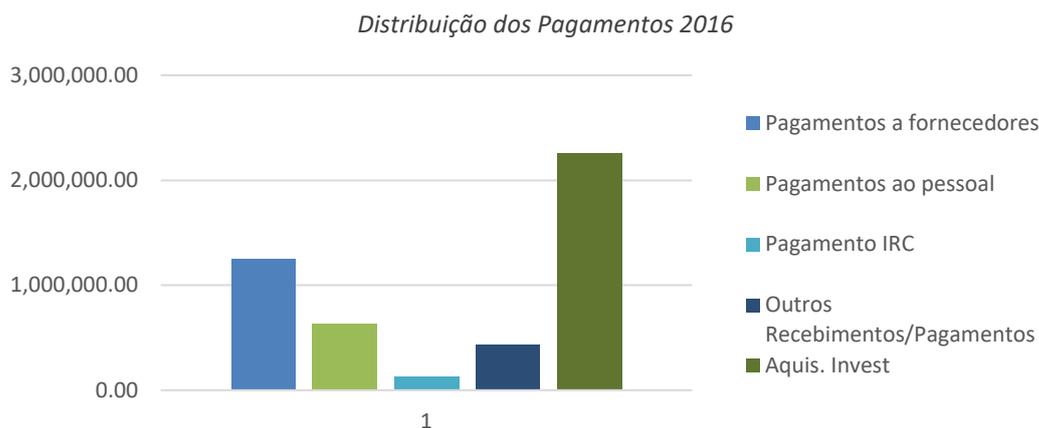
Os ativos não correntes são totalmente compostos por rubricas de Investimento, a sua decomposição é a seguinte:

Decomposição do Investimento

	uni. Eur.		
	2017	2016	var.
Valor contabilístico (início do período)	1.076.595	924.816	16%
Investimentos do exercício	2.234.292	406.306	450%
Depreciações	-163.493	-254.527	-36%
Transferências/Ajustes	15.012	0	
Valor contabilístico (fim do período)	3.162.407	1.076.595	194%

Meios Financeiros Líquidos

No final de dezembro de 2017, registava-se um total de 1.885.513€ em meios financeiros líquidos. Verificou-se uma variação negativa de -1.563.179€ contabilizados desde 1 de janeiro de 2017. Os recebimentos são na sua esmagadora maioria resultantes do registo e gestão de nomes de domínio .PT associados a recebimento de clientes. O pagamento materialmente mais relevante está relacionado com a aquisição de ativos fixos tangíveis, rúbrica onde está incluído o imóvel. No gráfico seguinte apresenta-se distribuição de pagamentos por tipologia:



Rendimentos

Em 2017, os rendimentos totalizaram o valor de 2.636.939€, representando um aumento de 3% face ao período homólogo do ano anterior. A evolução de rendimentos em 2017 regista um aumento de 86.613€ que resulta, maioritariamente, do crescimento da faturação do registo de domínios em .PT, como se evidencia na seguinte tabela, que representa a evolução dos rendimentos por rubrica:

Rúbricas de Rendimentos

Rendimentos	2017	2016	Varição	Var. %
Prestação de serviços .PT	2.600.986	2.524.562	76.424	3%
Prestação de serviços .GW	1.326	1.098	228	21%
Prestação de serviços Confio	4.505	750	3.755	501%
Ganhos por aumento do Justo Valor	15.012	2.102	12.910	614%
Outros Rendimentos e Ganhos	1.258	8.851	-7.593	-86%
Juros Obtidos	13.852	12.963	889	7%
TOTAL	2.636.939	2.550.326	86.613	3%

Analisando em detalhe a prestação de serviços de registo de domínios .PT, verifica-se um crescimento de 3% dos rendimentos, sendo que o valor realmente faturado foi superior em 7% em relação a 2016. Estes dois conceitos (Faturação emitida e Rendimentos do Período) não coincidem em valor devido à especialização de rendimentos de domínios pelos diversos anos, conforme detalhe na tabela abaixo.

Registo de domínios .PT/especialização

Prestação de serviços .PT	2017	2016	Variação	Var. %
Faturação emitida (registo domínios)	2.674.057	2.505.572	168.645	7%
Faturação anos seguintes	-872.700	-822.653	-50.207	6%
Faturação período	1.801.357	1.682.919	118.438	7%
Faturação de anos anteriores	799.629	841.643	-42.014	-5%
Rendimentos do período	2.600.986	2.524.562	76.424	3%

No que concerne à faturação emitida em 2017, no âmbito dos domínios de .PT, apresenta-se uma análise por tipo de cliente, bem como a distinção entre o registo de novos domínios e a renovação de domínios já existentes.

Conclui-se que a renovação de domínios representa a maior fatia da faturação total emitida, representando cerca de 77% do valor. Refira-se que 74% deste valor é referente a renovações de domínios geridos pelas entidades registrars.

Quanto ao registo de novos domínios, estes representam 23% da faturação total, e à semelhança das renovações, 80% deste valor cabe igualmente a registrar.

Analisando ambos os tipos de registos, os registrar detêm, por conseguinte, um total de 75% do valor total da faturação no período em análise, face ao Público que representa 25%.

Domínios registados e renovados por tipo de cliente em 2017 (em valor)

	Registos	Renovações	Total	Peso
Registrar	488.018	1.522.146	2.010.163	75%
Público	123.527	540.482	664.009	25%
Total	611.544	2.062.628	2.674.172	

Nota: Não foi considerada a faturação de 172,69€ por não se enquadrarem no conceito da análise, referindo-se este valor a pedidos de alteração e juros de mora emitidos.

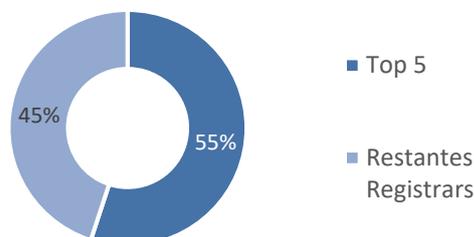
Considerando uma análise semelhante, mas desta feita relativa às quantidades de domínios faturados no período em análise, constata-se que se acentua a percentagem de domínios geridos pelos Registrars para 91% por contrapartida de apenas 9% pelo Público.

Domínios registados e renovados por tipo de cliente em 2017 (em quantidade)

	N.º Registos	N.º Renovações	2017 Total	Peso
Registrar	55.169	164.390	219.559	91%
Público	3.832	17.000	20.832	9%
Grand Total	59.001	181.390	240.391	

Representa-se, de seguida, a predominância do top 5 de entidades Registrars na gestão de domínios, correspondendo a 55% da faturação, o que representa em valor o total de 1.105.875€.

Volume de faturação Registrars 2017



Face a 2016, verifica-se um aumento global na faturação de Registrars, destacando-se uma variação de 15% no Top 5 e de 9% nos restantes Registrars.

Comparação do acumulado de faturação entre os Registrars 2017/2016

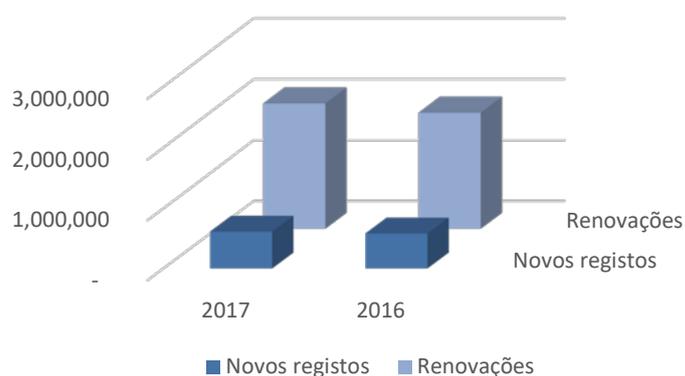


Comparando, registos de novos domínios e renovações com o período homólogo de 2016, verifica-se a existência de um aumento de 12% na quantidade total de domínios faturados e um aumento de 7% no valor faturado, conforme tabela seguinte:

Comparação de domínios registados e renovados 2017/2016

	2017		2016		crescimento em %	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Novos registos	59.001	611.544	53.355	579.986	11%	5%
Renovações	181.390	2.062.628	162.100	1.910.773	12%	8%
Total	240.391	2.674.172	215.455	2.490.759	12%	7%

Comparação do total faturado por tipo entre 2017 e 2016



Considerando todas as hierarquias do .pt, mantém-se a predominância, quer no registo quer na renovação, de domínios por 1 ano, em que o valor total e a quantidade faturados, correspondem a 80% e 94% respetivamente.

Faturação de novos domínios por periodicidade

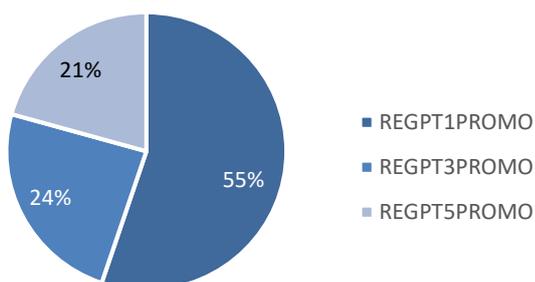
	Valor €	%	Quantidade	%
PT 1 ano	492.190 €	80%	55.600	94%
PT 3 anos	56.115 €	9%	1.891	3%
PT 5 anos	63.240 €	10%	1.510	3%
TOTAL	611.544 €	100%	59.001	100%

Faturação de domínios renovados por periodicidade

	Valor €	%	Quantidade	%
PT 1 ano	1.643.443 €	80%	170.791	94%
PT 3 anos	183.335 €	9%	5.803	3%
PT 5 anos	235.850 €	11%	4.796	3%
TOTAL	2.062.628	100%	181.390	100%

Por último ao nível dos rendimentos, destaca-se a participação do DNS.PT na iniciativa “Dia das Compras na Net”, realizada no dia 13 de outubro, em que foi atribuído um desconto de 50% a todos os registos de nomes sob .PT efetuados por clientes diretos nesse dia. Desta campanha resultou a faturação de 29 novos domínios registados, sendo que 55% foram registados por 1 ano, perfazendo o valor de 528,50€.

Distribuição do registo de domínios .PT - “Dia das Compras na Net”



Gastos

A variação de gastos 2016/2017 regista uma diminuição de 2% o que representa uma redução de 48.128€. Este decréscimo é maioritariamente justificado pelos gastos com depreciações e amortizações, uma vez que a grande maioria dos bens são depreciados em 3 anos e tiveram início de amortização em 2013, em 2017 é o primeiro ano que não amortizam por já terem atingido valor contabilístico nulo. Apresenta-se de seguida a tabela representativa da comparação de gastos entre 2016 e 2017.

Rúbricas de Gastos

Gastos	2017	2016	Var.	Var.%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.014.095	942.173	71.922	8%
Gastos com o Pessoal	704.704	720.753	-16.049	-2%
Gastos c/Depreciações e Amortizações	163.493	254.527	-91.034	-36%
Provisões do período	183	35.891	-35.708	-100%
Outros Gastos e Perdas	131.930	109.248	22.682	21%
Gastos e Perdas de Financiamento	452	395	57	15%
TOTAL	2.014.859	2.062.987	-48.128	-2%

Esta é uma visão contabilística sendo os mesmos analisados a nível de gestão na execução orçamental.

5.3 Execução Orçamental

Apresenta-se a execução orçamental na sua perspetiva global e detalhada nas tabelas seguintes, com referência ao período em análise.

Em termos globais, verifica-se uma execução de rendimentos que se aproxima do valor orçamentado, com um desvio positivo de 1%, favorecida pela prestação associada ao registo e e renovação de nomes de domínio.

Analisando as rubricas de investimento, no global foi executado 83% do investimento previsto, decorrente maioritariamente da decisão de compra do novo edifício Sede, mas também da solução de *Disaster Recovery* implementada, num modelo de prestação de serviços em detrimento da aquisição da infraestrutura. O desvio em 'outro imobilizado' corresponde ao *rebranding* da marca DNS.PT inicialmente foi prevista como um gasto, mas que na realidade se apresenta como um investimento.

No que respeita às rubricas de funcionamento, verifica-se uma sub-execução global de 9%, essencialmente decorrentes das rubricas de divulgação, gastos operacionais e trabalhos especializados.

Execução orçamental detalhada 2017

	Orçamento	Execução	Desvio	% Desvio
Rendimento	2.620.000	2.636.939	16.939	1%
Prestação de serviços .PT	2.563.000	2.600.986	37.986	1%
Outros Rendimentos não financeiros	-	1.201	1.201	
Outros Rendimentos - GW	4.400	1.326	-3.074	-70%
Outros Rendimentos - Confio	39.600	4.505	-35.095	-89%
Outros Rendimentos - 3 em 1	2.000	-	-2.000	-100%
Juros e Similares	11.000	28.921	17.921	163%
Funcionamento	2.045.000	1.851.182	193.818	9%
Comunicações	30.546	28.996	1.550	5%
Deslocações	66.945	59.540	7.405	11%
Divulgação	116.779	31.638	85.141	73%
Formação	22.322	12.818	9.504	43%
Gastos Operacionais	63.376	41.695	21.681	34%
Manutenção do edifício	9.490	10.935	-1.445	-15%
Manutenção e Assist Técnica	105.849	98.164	7.685	7%
Outros gastos	26.462	13.733	12.729	48%
Patrocínios	152.000	150.650	1.350	1%
Quotizações e subsídios	115.120	102.501	12.618	11%
Remunerações e outros gastos com pessoal	710.492	690.439	20.053	3%
Rendas e Aluguers	71.262	77.241	-5.979	-8%
Trabalhos Especializados	554.357	532.833	21.525	4%
Rendimento - Funcionamento	575.000	785.757	210.757	
Investimento	2.700.000	2.234.292	465.708	17%
Terrenos e Edifícios	2.500.000	2.171.400	328.600	13%
Outro Imobilizado	1.000	38.990	-37.990	-3799%
Equipamento e Software Informático	199.000	23.902	175.098	88%

5.4 Perspetivas Futuras

2017 encerra com resultados positivos que consolidam a estabilidade da posição patrimonial e financeira do DNS.PT, fruto de uma gestão eficiente, rigorosa e transparente dos recursos a qual, alicerçada num modelo aberto e participativo de todas as partes interessadas, tem promovido o crescimento do registo em .PT e uma maior participação e apoio a iniciativas de dinamização e da internet em Portugal.

É pois, num contexto de continuidade, coerente e consistente com a estratégia e princípios enformadores estabelecidos ab initio para a gestão do .PT e assumindo permanentemente o desafio de melhorar, criar, inovar e colocar ao dispor da comunidade Internet nacional o resultado do nosso trabalho que perspetivamos o futuro e responderemos aos inúmeros desafios que se colocam à Associação, destacando-se, a este propósito: a aposta renovada na segurança e resiliência do .PT, a conformidade com o novo quadro legal em matéria de proteção de dados e segurança das redes, o apoio e desenvolvimento de projetos no domínio das competências digitais.

5.5 Proposta de Aplicação de Resultados

Em 2017, o resultado líquido do exercício foi de 487.579€, que se propõe transferir para reservas, da seguinte forma:

- Reservas legais: 24.379 €
- Reservas livres: 463.200 €

Do montante referente às reservas livres, pelo menos 20% deverá ser afeto à operacionalização de apoios a projetos, iniciativas e entidades a que estejam cometidas competências na área do desenvolvimento, promoção e disseminação dos recursos associados à Internet em geral, contribuindo para a dinamização da utilização da Internet em Portugal e desenvolvimento de competências digitais.



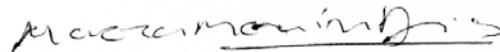
Luisa Lopes Gueifão

(Presidente do Conselho Diretivo)



Inês Esteves

(Vogal do Conselho Diretivo)



Marta Moreira Dias

(Vogal do Conselho Diretivo)

Anexos



Demonstrações Financeiras

31 De dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Políticas Contabilísticas.....	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Alterações nas políticas, estimativas contabilísticas e erros	14
5. Ativos Fixos Tangíveis	14
6. Ativos Intangíveis.....	15
7. Locações.....	16
8. Rédito.....	16
9. Imposto sobre o Rendimento	16
10. Benefícios dos empregados.....	17
11. Partes Relacionadas.....	18
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
13. Outras Informações	18
13.1. Investimentos Financeiros	18
13.2. Clientes e Utentes	19
13.3. Outras contas a receber	19
13.4. Diferimentos.....	19
13.5. Caixa e Depósitos Bancários.....	20
13.6. Fundos Patrimoniais.....	20
13.7. Fornecedores.....	20
13.8. Estado e Outros Entes Públicos.....	21
13.9. Outras Contas a Pagar	21
13.10. Fornecimentos e serviços externos.....	21
13.11. Outros rendimentos e ganhos.....	22
13.12. Outros gastos e perdas.....	22
13.13. Resultados Financeiros.....	22
13.14. Acontecimentos após data de Balanço	22

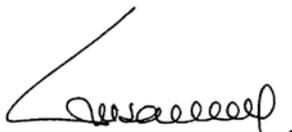
Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1/5	2.293.677,00	140.752,03
Ativos intangíveis	3.2.2/6	534.498,71	627.315,91
Investimentos financeiros	13.1	334.230,88	308.527,39
Subtotal		3.162.406,59	1.076.595,33
Ativo corrente			
Clientes	3.2.3/13.2	226.398,31	194.565,21
Estado e outros Entes Públicos	3.2.7/12/13.8	12.298,14	11.612,88
Outras contas a receber	3.2.3/13.3	9.071,80	3.443,92
Diferimentos	3.1.2/13.4	62.097,85	134.587,24
Caixa e depósitos bancários	3.2.3/13.5	1.885.513,60	3.448.693,00
Subtotal		2.195.379,70	3.792.902,25
Total do Ativo		5.357.786,29	4.869.497,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.4/13.6	1.770.425,00	1.770.425,00
Reservas	13.6	1.265.495,20	895.057,79
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	3.823,37	53.948,84
Resultado Líquido do período		487.578,80	370.437,41
Total do fundo do capital		3.527.322,37	3.089.869,04
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.3/13.7	79.247,98	170.936,06
Estado e outros Entes Públicos	3.2.7/12/13.8	236.953,09	209.841,19
Financiamentos obtidos		1.640,79	
Diferimentos	3.1.2/13.4	1.352.539,66	1.229.183,71
Outras contas a pagar	3.2.3/13.9	160.082,40	169.667,58
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.830.463,92	1.779.628,54
Total do passivo		1.830.463,92	1.779.628,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.357.786,29	4.869.497,58

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



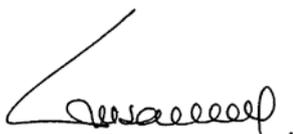
Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	2.606.817,35	2.526.409,65
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(1.014.095,48)	(942.173,41)
Gastos com o pessoal	10	(704.704,13)	(720.752,61)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2		(35.890,58)
Provisões (aumentos/reduções)		(183,58)	
Aumentos/reduções de justo valor		15.012,13	2.102,30
Outros rendimentos e ganhos	13.11	1.257,90	8.850,64
Outros gastos e perdas	13.12	(131.930,44)	(109.248,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		772.173,75	729.297,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(163.493,18)	(254.526,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		608.680,57	474.771,02
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	13.851,84	12.963,45
Juros e gastos similares suportados		(452,37)	(394,68)
Resultados antes de impostos		622.080,04	487.339,79
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.7/9	(134.501,24)	(116.902,38)
Resultado líquido do período		487.578,80	370.437,41

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	1.770.425,00	625.769,55	32.935,86	177.462,94	236.352,33	2.842.945,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		224.534,38	11.818,00	(123.514,10)	(236.352,33)	(123.514,05)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		224.534,38	11.818,00	(123.514,10)	(236.352,33)	(123.514,05)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4	1.770.425,00	850.303,93	44.753,86	53.948,84	370.437,41	3.089.869,04
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	1.770.425,00	850.303,93	44.753,86	53.948,84	370.437,41	3.089.869,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		351.915,41	18.522,00	(50.125,47)	(370.437,41)	(50.125,47)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8		351.915,41	18.522,00	(50.125,47)	(370.437,41)	(50.125,47)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	1.770.425,00	1.202.219,34	63.275,86	3.823,37	508.369,62	3.548.113,19

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



Filipa Saraiva

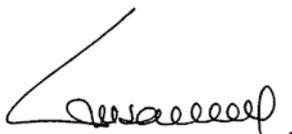
Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3.124.137,87	3.026.907,57
Pagamento a fornecedores		-1.246.941,95	-1.142.445,56
Pagamentos ao pessoal	10	-630.540,12	-612.229,14
Caixa gerada pelas operações		1.246.655,80	1.272.232,87
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	4/9	-126.008,56	-106.426,00
Outros recebimentos/pagamentos		-433.005,25	-244.113,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		687.641,99	921.692,88
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-2.218.209,82	-91.040,00
Ativos intangíveis	6	-32.964,00	-87.645,87
Investimentos financeiros	13.1	-10.000,00	-300.718,90
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	13.13	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	13.13	10.352,43	11.040,04
Dividendos		0,00	
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-2.250.821,39	-468.364,73
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1.563.179,40	453.328,15
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.448.693,00	2.995.364,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.885.513,60	3.448.693,00

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Anexo

1. Identificação da Entidade

- Denominação da entidade: Associação DNS.pt
- Contribuinte Número: 510 664 024
- Data da Constituição: 1-6-2013
- Sede: Rua Latino Coelho, n.º 13, 5º piso 1050-010 Lisboa
- Natureza da atividade: gestão, operação e manutenção do registo do domínio de topo correspondente a Portugal (.pt)

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

3. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF). Tanto as Demonstrações Financeiras bem como todas as tabelas anexas são apresentados em Euros.

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação DNS.pt continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar

ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma pretende-se proporcionar informação fiável e relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes em que a entidade tenha incorrido com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT, IP, na sequência da integração da FCCN na FCT,IP.
- Fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.5. Provisões

Periodicamente, o DNS.pt analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

As locações operacionais (rendas) são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

4. Alterações nas políticas, estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações a políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros a divulgar.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A entidade não tem quaisquer bens do domínio público nem bens do património histórico, artístico ou cultural. Dos ativos fixos tangíveis, fazem parte apenas a rubrica de “*outros ativos fixos tangíveis*”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo				
Edifícios e outras construções	118.706,38			118.706,38
Equipamento administrativo	107.720,35	29.017,97		136.738,32
Total	226.426,73	29.017,97		255.444,70
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	18.795,28	11.870,64		30.665,92
Equipamento administrativo	54.465,54	29.561,21		84.026,75
Total	73.260,82	41.431,85		114.692,67

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo				
Edifícios e outras construções	118.706,38			118.706,38
Equipamento administrativo	136.738,32	16.512,67		153.250,99
Ativos Fixos Tangíveis em curso		2.171.400,29		2.171.400,29
Total	255.444,70	2.187.912,96	-	2.443.357,66
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	30.665,92	11.870,64		42.536,56
Equipamento administrativo	84.026,75	23.117,35		107.144,10
Total	114.692,67	34.987,99		149.680,66

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo			
<i>Goodwill</i>	192.979,85		192.979,85
Programas de Computador	185.822,02	73.892,70	259.714,72
Propriedade Industrial	5.215,30	123,76	5.339,06
Ativos por transição	1.592.888,29		1.592.888,29
Outros Ativos intangíveis	65.235,11		65.235,11
Total	2.042.140,57	74.016,46	2.116.157,03
Depreciações acumuladas			
<i>Goodwill</i>	21.710,23	9.648,99	31.359,22
Programas de Computador	73.691,31	63.040,13	136.731,44
Propriedade Industrial	1.173,45	524,62	1.698,07
Ativos por transição	1.130.249,67	123.514,10	1.253.763,77
Outros Ativos intangíveis	48.921,43	16.367,19	65.288,62
Total	1.275.746,09	213.095,03	1.488.841,12

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo			
<i>Goodwill</i>	192.979,85		192.979,85
Programas de Computador	259.714,72	8.887,99	268.602,71
Propriedade Industrial	5.339,06		5.339,06
Ativos por transição	1.592.888,29		1.592.888,29
Outros Ativos intangíveis	65.235,11	26.800,00	92.035,11
Total	2.116.157,03	35.687,99	2.151.845,02
Depreciações acumuladas			
<i>Goodwill</i>	31.359,22	9.648,99	41.008,21
Programas de Computador	136.731,44	66.494,74	203.226,18
Propriedade Industrial	1.698,07	618,64	2.316,71
Ativos por transição	1.253.763,77	50.125,47	1.303.889,24
Outros Ativos intangíveis	65.288,62	1.617,35	66.905,97
Total	1.488.841,12	128.505,19	1.617.346,31

7. Locações

Não existe, até à data, qualquer contrato de locações financeira a registar. Existem contratos de locação operacional em que as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os valores inscritos em locação operacional respeitam a uma média de quatro veículos sem condutor e incluem a manutenção, seguros e impostos.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços .pt	2.600.986,02	2.524.561,89
Faturação emitida em domínios .pt	2.674.056,53	2.505.570,60
Faturação de anos Anteriores	799.629,23	841.642,89
Faturação para anos seguintes	-872.699,74	-822.651,60
Prestação de Serviços .gw	1.326,33	1.097,76
Faturação emitida em domínios .gw	2.652,65	2.469,96
Devolver a .gw	-1.326,32	-1.372,20
Prestação de Serviços Confio	4.505,00	750,00
Faturação emitida em selo CONFIO	4.505,00	750,00
Total de Serviços Prestados	2.606.817,35	2.526.409,65

9. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 134.501,24€ corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado	130.697,14	104.922,94
Tributação Autónoma	3.804,10	11.979,44
Estimativa de IRC	134.501,24	116.902,38

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, eleitos para o mandato 2016 a 2019 foram sete, com início de mandato a 20 de julho de 2016. São eles:

- Dra. Luisa Gueifão (presidente)
- Dra. Inês Esteves (vogal executiva)
- Dra. Marta Dias (vogal executiva)
- Dr. Filipe Fontoura (vogal não executivo)
- Eng. João Nuno Ferreira (vogal não executivo)
- Eng. Miguel Pupo Correia (vogal não executivo)
- Dr. Paulo Vila Luz (vogal não executivo)

Os membros executivos acumulam o desempenho das suas funções enquanto parte do quadro de pessoal da associação. Os membros vogais não executivos do Conselho Diretivo são apenas remunerados pela atribuição de senhas de presença, no valor unitário por cada reunião, de 150€.

O número médio de pessoas ao serviço, foram:

	2017	2016
Número médio de pessoas ao serviço da Entidade	18	16

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	184.324,20	123.006,22
Remunerações ao Pessoal	338.531,81	390.785,07
Benefícios Pós-Emprego	27.501,10	85.737,96
Encargos sobre as Remunerações	107.639,24	90.288,31
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.557,46	2.042,68
Gastos de Acção Social	17.670,82	10.295,08
Outros Gastos com o Pessoal	25.479,50	18.597,29
Total	704.704,13	720.752,61

O aumento das remunerações aos órgãos sociais justifica-se pelas senhas de presença atribuídas aos membros do conselho diretivo não executivo e com o facto do conselho diretivo ver integrado a tempo inteiro mais um colaborador dos quadros da associação, que foi acompanhada pela conseqüente redução nos gastos com o pessoal uma vez que se manteve a acumulação de funções apesar da sua integração no conselho diretivo, tal como acontece com os outros membros executivos.

11. Partes Relacionadas

Detalham-se na tabela seguinte as transações ocorridas entre partes relacionadas.

	Natureza do relacionamento	Gasto	Observações
FCT, IP	Associado	23.500,00	Protocolo de Colaboração Técnica - DataCenter
ACEPI	Associado	70.000,00	Protocolo de Colaboração - Internet Week e Estudo Anual de Economia Digital
DECO	Associado	30.700,00	Protocolo de Colaboração - Projeto Sitestar
Centro de arbitragem ARBITRARE	Membro do Conselho de Representantes	40.000,00	Comparticipação Financeira - Arbitragem de Nomes de Domínio
LUSNIC	Membro do Conselho de Representantes	4.000,00	Comparticipação Financeira

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

No que respeita a investimentos financeiros de 2017, a Associação DNS.pt tem considerado o seguinte:

Descrição	S.F. 2016	Aquisições	Valorização	S.F. 2017
Participação na Constituição da Associação LUSNIC	5.000,00	-	-	5.000,00
Fundo de Compensação do Trabalho	706,19	691,36	-	1.397,55
Outros Investimentos Financeiros	302.821,20	10.000,00	15.012,13	327.833,33
Total	308.527,39	10.691,36	15.012,13	334.230,88

13.2. Clientes e Utentes

Para 2017 a rubrica “*Clientes*” ascende a 226.398,31€ com a seguinte antiguidade:

Antiguidade	Dívida
superior a 180 dias	1.397,71
entre 30 dias e 180 dias	304,18
inferior a 30 dias	189.602,01
valores não vencidos	35.561,20
Total em Dívida	226.865,10
Perdas por Imparidade	(466,79)
Total	226.398,31

13.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.827,18	455,46
Seguro de Saúde a cobrar aos colaboradores	1.046,57	-
Outros Devedores	75.612,77	74.586,76
Perdas por Imparidade	(71.414,72)	(71.598,30)
Total	9.071,80	3.443,92

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		
Faturação DNS 2017		749.503,76
Faturação DNS 2018	841.586,43	247.305,47
Faturação DNS 2019	262.447,86	141.341,19
Faturação DNS 2020	151.361,97	68.971,97
Faturação DNS 2021	75.798,32	22.061,32
Faturação DNS 2021	21.345,08	-
Total	1.352.539,66	1.229.183,71

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Assist Tec Soft Hard	34.197,37	26.165,57
Core Business	8.021,99	7.861,32
Publicidade e Propaganda	1.918,80	70.853,36
Segurança		
Aluguer de Espaço		
Seguros	7.927,63	2.748,84
Medicina no Trabalho		372,00
Formação		
Quotizações	10.032,06	26.586,15
Total	62.097,85	134.587,24

13.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	300,00	300,00
Depósitos à ordem	1.024.765,34	2.193.393,00
Depósitos a prazo	860.448,26	1.255.000,00
Total	1.885.513,60	3.448.693,00

13.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	1.770.425,00			1.770.425,00
Reservas	895.057,79	370.437,41		1.265.495,20
Outras variações nos fundos patrimoniais	53.948,84		50.125,47	3.823,37
Total	2.719.431,63	370.437,41	50.125,47	3.039.743,57

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” ascende a 79.247,98€ e divide-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c - Mercado Nacional	63.491,66	107.924,58
Fornecedores c/c - Mercado Intracomunitário	1.774,00	22.425,00
Fornecedores c/c - Outros Mercados	13.982,32	1.500,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência		39.086,48
Total	79.247,98	170.936,06

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	12.298,14	3.191,96
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	8.420,92
Total	12.298,14	11.612,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	134.501,24	116.902,38
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	81.682,66	72.024,98
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.548,59	9.089,56
Segurança Social	12.164,46	11.776,76
Outros Impostos e Taxas	56,14	47,51
Total	236.953,09	209.841,19

13.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	159.315,23	-	169.667,58
Outros credores	-	767,17	-	-
Total	-	160.082,40	-	169.667,58

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	801.270,98	706.769,32
Materiais	8.448,01	22.021,53
Energia e fluidos	11.834,89	10.798,38
Deslocações, estadas e transportes	53.699,14	54.878,39
Serviços diversos	138.842,46	147.705,79
Alugueres de espaço	45.677,22	46.265,99
Comunicação	38.180,48	48.956,73
Outros	54.984,76	52.483,07
Total	1.014.095,48	942.173,41

13.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1.200,00	8.700,00
Outros rendimentos e ganhos	57,90	150,64
Total	1.257,90	8.850,64

13.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	803,83	934,59
Outros Gastos e Perdas	131.126,61	108.313,50
Total	131.930,44	109.248,09

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	452,37	394,68
Total	452,37	394,68
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13.851,84	12.963,45
Total	13.851,84	12.963,45
Resultados financeiros	13.399,47	12.568,77

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO DNS.PT**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.357.786 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.527.322 euros, incluindo um resultado líquido de 487.579 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e





- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 16 de março de 2018

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Representada por

João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras, o relatório de gestão e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho Diretivo da ASSOCIAÇÃO DNS.PT relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Relatório

No desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos, de forma regular, a atividade da ASSOCIAÇÃO DNS.PT, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação relevante, constatámos a observância da Lei e dos Estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo, dos vários responsáveis da Associação e dos Serviços, todos os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Durante o exercício de 2017, compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, o Conselho Fiscal apresentou ao Conselho Diretivo recomendações de natureza contabilística e fiscal que mereceram acolhimento.

O Balanço, referente a 31 de dezembro de 2017, que evidencia um total de 5.357.786 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.527.322 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 487.579 euros, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, o correspondente Anexo, e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação DNS.PT e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

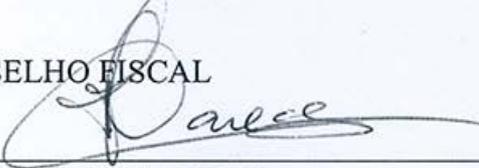
Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e após a ponderação do conteúdo dos documentos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, que merecem a nossa concordância, somos de parecer que a Assembleia Geral da Associação DNS.PT aprove:

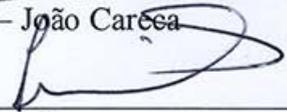
1. O Balanço referente a 31 de dezembro de 2017, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, o correspondente Anexo, e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho Diretivo da Associação DNS.PT;
2. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo.

Lisboa, 11 de abril de 2018

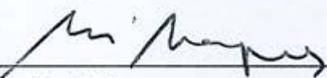
O CONSELHO FISCAL



Presidente – João Carêca



Vogal – Joaquim Pimentel



Vogal – Rui Marques



dns.pt
dnssec.pt
facebook.com/dns.pt
pt.linkedin.com/in/dnspt

Produção: março 2018
Grafismo: dns.pt